

EDITAL DE CREDENCIAMENTO DAS ESCOLAS COMUNITÁRIAS, CONFESSIONAIS OU FILANTRÓPICAS

I - PROCESSO ADMINISTRATIVO: 251529/2023

II – INSCRIÇÕES

As inscrições serão realizadas por meio de formulário online disponível no endereço eletrônico <https://escolasparceiras.salvador.ba.gov.br/>

III – OBJETO

Credenciamento das Escolas Comunitárias Confessionais ou Filantrópicas para celebrar Termo de Colaboração com a Secretaria Municipal de Educação para o atendimento de crianças de 0 (zero) a 5 (cinco) anos de idade, visando os aspectos físicos, emocionais, afetivos, cognitivo-linguísticos e sociais, que estejam matriculadas na Educação Infantil, apuradas com base no Censo Escolar realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP/MEC.

IV– PRAZO

O presente edital de credenciamento ficará vigente por 24 (vinte e quatro) meses, contados data de sua publicação.

V – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Projeto/Atividade: 12.365.0001.212200 Fomento às Escolas Comunitárias, Filantrópicas e Confessionais – Pré – Escola 12.365.0001.212300 Fomento às Escolas Comunitárias, Filantrópicas e Confessionais – Creche

Natureza da Despesa: 33.50.43 Subvenções Sociais

Fonte de recursos: 1.500.1- Recursos Não Vinculados de Impostos - Tesouro – Educação 1.541.3 – Transferências do Fundeb – Complementação da União - VAAF

VI– ANEXOS DO EDITAL:

ANEXO I – DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTOS

ANEXO II – DECLARAÇÃO SOBRE A INEXISTÊNCIA DE VÍNCULO COM O PODER PÚBLICO

ANEXO III – DECLARAÇÃO SOBRE INSTALAÇÕES E CONDIÇÕES MATERIAIS

ANEXO IV – RELAÇÃO DOS DIRIGENTES DA ENTIDADE

ANEXO V – RELAÇÃO DO QUADRO FUNCIONAL DA OSC CONTENDO

ANEXO VI – DECLARAÇÃO REFERENTE AOS DADOS BANCÁRIOS

ANEXO VII - DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DA LEGISLAÇÃO TRABALHISTA DE MENORES

ANEXO VIII – DECLARAÇÃO DE CONTADOR

ANEXO IX – DECLARAÇÃO DE ISENÇÃO DA COTA PATRONAL

ANEXO X – DECLARAÇÃO DE GRATUIDADE

ANEXO XI – MINUTA DO TERMO DE COLABORAÇÃO

ANEXO XII – PLANO DE TRABALHO

ANEXO XIII – DECLARAÇÃO INFORMANDO CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

VII- REGÊNCIA LEGAL

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;

Lei Federal nº 13.019, de 2014, alterada pela Lei Federal nº 13.204, de 2015.

Decreto Municipal nº 29.129, de 2017 e demais legislações pertinentes.

VIII- OBSERVAÇÕES

O Edital poderá ser obtido no site <https://escolasparceiras.salvador.ba.gov.br/> a partir da data de sua publicação.

Os pedidos de esclarecimentos, decorrentes de dúvidas na interpretação do Edital e de seus anexos, deverão ser encaminhados para e-mail: comissaodeselecao@educacaosalvador.net

A SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO, através da Comissão de Seleção Técnica, designada pela Portaria nº 13/2024, torna público para conhecimento dos interessados, que serão recebidos documentos listados, de acordo com as condições estabelecidas neste edital, aprovado pelo Parecer Jurídico da RPGM/SMED, nos autos do Processo nº 251529/2023.

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2024

1. PREÂMBULO

O **MUNICÍPIO DO SALVADOR**, por intermédio da Secretaria Municipal da Educação, torna público, para conhecimento de quantos possam se interessar, o presente **EDITAL DE CREDENCIAMENTO** visando à seleção de Escolas Comunitárias Confessionais e Filantrópicas, qualificadas em conformidade com o disposto na Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e alterações posteriores, combinada com o Decreto Municipal nº 29.129, de 2017, para celebrar TERMO DE COLABORAÇÃO que tenha por objeto o atendimento na Educação Infantil à criança de 0 (zero) a 5 (cinco) anos de idade, nos seus aspectos físicos, emocionais, afetivos, cognitivo linguísticos e sociais, mediante a transferência de recursos financeiros do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB referentes às matrículas efetivadas na educação infantil, apuradas com base no Censo Escolar realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP/MEC.

2. FINALIDADE DO CREDENCIAMENTO

2.1 O presente Credenciamento visa selecionar propostas para a celebração de parcerias com o Município de Salvador, por intermédio da Secretaria Municipal da Educação, mediante TERMO DE COLABORAÇÃO, para o atendimento na Educação Infantil à criança de 0 (zero) a 5 (cinco) anos de idade, para a consecução de finalidade de interesse público e recíproco que envolve a transferência de recursos financeiros às Organizações da Sociedade Civil, conforme condições estabelecidas neste Edital.

2.2 O procedimento de seleção será regido pela Lei Federal nº 13.019, de 2014, alterada pela Lei Federal nº 13.204, de 2015, pelo Decreto Municipal nº 29.129, de 2017, pelos demais normativos aplicáveis e condições previstas neste Edital.

2.3 Poderão ser credenciadas mais de uma entidade, considerando a disponibilidade orçamentária para a celebração dos Termos de Colaboração.

3. OBJETO DA PARCERIA

3.1 Celebração de parcerias objetivando o atendimento na Educação Infantil à criança de 0 (zero) a 5 (cinco) anos de idade, mediante a transferência de recursos financeiros do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, referentes às matrículas efetivadas na educação infantil, apuradas com base no Censo Escolar realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP/MEC.

3.2 As entidades parceiras que tenham interesse em participar, mas que ainda não tenham se cadastrado no Censo Escolar do ano anterior, poderão se inscrever, cabendo à Administração avaliar a efetiva possibilidade de celebração de termo de cooperação, considerando a disponibilidade financeira e orçamentária, demanda escolar na região, entre outros aspectos.

3.3 A parceria deverá observar o cumprimento do calendário escolar da rede municipal de ensino com observância das diretrizes pedagógicas, orientações gerenciais e legislação pertinente.

3.4 O presente Edital de Credenciamento permanecerá vigente durante 24 (vinte e quatro) meses, contados da data de sua publicação. Havendo inscrições no segundo semestre, o termo será celebrado para o próximo ano letivo.

3.5 A parceria será firmada pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses, podendo ser prorrogado a critério da Administração Pública e observando a Lei de Responsabilidade Fiscal.

4. PARTICIPAÇÃO NO CREDENCIAMENTO

4.1. Poderão participar deste Edital as Organizações da Sociedade Civil, assim consideradas aquelas definidas pelo art. 2º, inciso I, alíneas “a”, “b” ou “c”, da Lei nº 13.019, de 2014:

- a)** Entidade privada sem fins lucrativos (associação ou fundação) que não distribua entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados, doadores ou terceiros eventuais resultados, sobras, excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, isenções de qualquer natureza, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e que os aplique integralmente na consecução do respectivo objeto social, de forma imediata ou por meio da constituição de fundo patrimonial ou fundo de reserva;
- b)** As sociedades cooperativas previstas na Lei nº 9.867, de 10 de novembro de 1999; as integradas por pessoas em situação de risco ou vulnerabilidade pessoal ou social; as alcançadas por programas e ações de combate à pobreza e de geração de trabalho e renda; as voltadas para fomento, educação e capacitação de trabalhadores rurais ou capacitação de agentes de assistência técnica e extensão rural; e as capacitadas para execução de atividades ou de projetos de interesse político e de cunho social;
- c)** As organizações religiosas que se dediquem a atividades ou a projetos de interesse público e de cunho social distintas a fins exclusivamente religiosos.

4.2. A OSC interessada em participar do Credenciamento deverá fornecer o número do INEP para avaliação dos alunos declarados no CENSO ESCOLAR, bem como declarar que está ciente e concorda com as disposições previstas no Edital e seus anexos, que se responsabiliza pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de seleção, conforme modelo constante no Anexo XIII- Declaração de Ciência e Concordância.

4.3 Não será permitida a atuação em rede.

5. REQUISITOS PARA A CELEBRAÇÃO DO TERMO DE COLABORAÇÃO

5.1 Para celebrar a parceria prevista neste edital, as Organizações da Sociedade Civil deverão ser regidas por normas de organização interna que prevejam, expressamente:

I – objetivos voltados ao atendimento educacional gratuito e finalidade de relevância pública e social;

II - que, em caso de dissolução da entidade, o respectivo patrimônio líquido seja transferido a outra pessoa jurídica de igual natureza que preencha os requisitos desta Lei e cujo objeto social seja, preferencialmente, o mesmo da entidade extinta;

III - escrituração de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com as Normas Brasileiras de Contabilidade;

IV-Possuir, conforme o art. 33, V, da Lei nº 13.019/2014:

a) No mínimo, 01 (um) ano de existência, com cadastro ativo, comprovados por meio de documentação emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, com base no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ;

b) Experiência prévia de no mínimo 01 (um) ano na realização, com efetividade, do atendimento do objeto da parceria ou de natureza semelhante, podendo ser admitidos como meio de comprovação o quanto previsto nas alíneas “a” ao “f” do Decreto Municipal nº 29.129, de 2017;

c) Instalações e outras condições materiais para o desenvolvimento do objeto da parceria e o cumprimento de metas estabelecidas ou, alternativamente, prever a sua contratação ou aquisição com recursos da parceria, a ser atestado mediante declaração do representante legal da Organização da Sociedade Civil, conforme Anexo III – Declaração sobre Instalações e Condições Materiais.

d) Capacidade técnica e operacional para o desenvolvimento do objeto da parceria e o cumprimento das metas estabelecidas.

5.2 Não será necessária a demonstração de capacidade prévia instalada previsto na alínea “d” do item anterior.

5.3 Serão dispensadas do atendimento ao disposto nos incisos I e III as organizações religiosas.

6. IMPEDIMENTOS PARA A CELEBRAÇÃO DO TERMO DE COLABORAÇÃO

6.1 A Organização da Sociedade Civil, sem fins lucrativos, estará impedida de celebrar o Termo de Colaboração, nos termos do Art. 39 da Lei nº 13019/2014, quando:

I. Não esteja regularmente constituída ou, se estrangeira, não esteja autorizada a funcionar em território nacional;

II. Esteja omissa no dever de prestar contas de parceria anteriormente celebrada;

III. Tenha como dirigente membro de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública da mesma esfera governamental na qual será celebrado o termo de colaboração, estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges ou companheiros, bem como parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau;

IV. Tenha tido as contas rejeitadas pela Administração Pública nos últimos cinco anos, exceto se:

- a)** For sanada a irregularidade que motivou a rejeição e quitados os débitos eventualmente imputados;
- b)** For reconsiderada ou revista a decisão pela rejeição;
- c)** A apreciação das contas estiver pendente de decisão sobre recurso com efeito suspensivo;

V. Tenha sido punida com uma das seguintes sanções, pelo período que durar a penalidade:

- a)** Suspensão de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração;
- b)** Suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da Administração Pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;
- c)** Declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Organização da Sociedade Civil ressarcir a Administração Pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no anterior.

VI. Tenha suas contas de parceria julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irreversível, nos últimos 8 (oito) anos, conforme previsto no inciso VI, art. 39 da Lei 13.019, de 31 de julho de 2014;

VII. Tenha entre seus dirigentes, pessoa:

- a)** Cujas contas relativas a parcerias tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irreversível, nos últimos 8 (oito) anos, conforme previsto na alínea “a”, inciso VII, art. 39 da Lei 13.019, de 31 de julho de 2014;
- b)** Julgada responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação;
- c)** Considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III do Art. 12 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992.

7. DOCUMENTOS PARA A SELEÇÃO E HABILITAÇÃO

7.1 A Organização da Sociedade Civil interessada em se habilitar para a formalização de Termo de Colaboração, deverá apresentar os seguintes documentos:

- I. Cópia do Cartão do CNPJ, demonstrando cadastro ativo de no mínimo um ano, conforme Decreto nº 29.129/2017;
- II. Certidão de existência jurídica expedida pelo cartório de registro civil ou cópia do estatuto registrado e de eventuais alterações ou, tratando-se de sociedade cooperativa, certidão simplificada emitida por junta comercial, nos termos do art. 34, III, da Lei nº 13.019/2014;
- III. Cópia da ata de eleição do quadro dirigente atual da Organização da Sociedade Civil, nos termos do art. 34, V, da Lei nº 13.019/2014;
- IV. Cópia autenticada do RG e do CPF do(a) Representante Legal ou do Procurador da Organização da Sociedade Civil e comprovante de endereço, além da procuração pública ou particular, com poderes específicos para representar o interessado na Chamada Pública, em todas as suas fases e nos demais atos, em nome da Organização da Sociedade Civil, e do representante legal, se for o caso;
- V. Comprovação de que a Organização da Sociedade Civil funciona no endereço por ela declarado, nos termos do art.34, VII, da Lei nº 13.019/2014;
- VI. Cópia do último balanço anual, assinado pelo contador;
- VII. Ato autorizativo regularmente expedido pelo órgão normativo do Sistema Municipal de Ensino – Conselho Municipal de Educação, com base na análise do Projeto Político Pedagógico e na aprovação do Regimento Escolar, publicado no Diário Oficial do Município – DOM ou declaração do Conselho atestando a existência de processo em curso referente a expedição de ato autorizativo de funcionamento;
- VIII. Certidões de Regularidade Fiscal, conforme art. 34, II, da Lei nº 13.019/2014 e art.38, IV, V, VI do Decreto Municipal nº 29.129, de 2017:
 - a) Certidão Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais;
 - b) Certidão Negativa de Débitos relativos a Tributos Estaduais;
 - c) Certidão Negativa de Débitos relativos a Tributos Municipais;
 - d) Certificado de Regularidade do FGTS;
 - e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, conforme Lei nº 12.440, de 2011.
- IX. Comprovante de inscrição do Cadastro Geral de Atividades – CGA;
- X. Certidões negativas de contas julgadas irregulares, emitidas pelo Tribunal de Contas da União – TCU, pelo Tribunal de Contas do Estado da Bahia – TCE/BA e pelo Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia – TCM/BA;
- XI. Comprovação de que a OSC não se encontra inscrita no Cadastro Informativo Municipal – CADIN (conforme art. 32 e seguintes da Lei Municipal nº 8.421/2013);
- XII. Declaração de Isenção da Cota Patronal, quando for o caso- ANEXO IX;
- XIII. Documento comprovando experiência prévia de no mínimo 01 (um) ano na realização, com efetividade, do atendimento do objeto da parceria ou de natureza semelhante, podendo ser admitidos como meio de comprovação o quanto previsto nas alíneas “a” ao “f” do Decreto Municipal nº 29.129, de 2017;
- XIV. Declaração de gratuidade, informando que a OSC não cobra taxa ou mensalidade (ANEXO X – DECLARAÇÃO DE GRATUIDADE);
- XV. Declaração do representante legal da organização da sociedade civil, conforme art. 39, do Decreto nº 29.129/2017, (ANEXOS I e II), informando que:

I - não há, em seu quadro de dirigentes:

- a) membro de Poder ou do Ministério Público ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública municipal;
- b) cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, das pessoas mencionadas na alínea "a" deste inciso;

II - não contratará, para prestação de serviços, servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança, de órgão ou entidade da administração pública municipal, ou seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por

afinidade, até o segundo grau, ressalvadas as hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias;

III - não serão remunerados, a qualquer título, com os recursos repassados:

a) membro de Poder ou do Ministério Público ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública municipal;

b) servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança, de órgão ou entidade da administração pública municipal, ou seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, ressalvadas as hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias;

c) pessoas naturais condenadas pela prática de crimes contra a administração pública ou contra o patrimônio público, de crimes eleitorais para os quais a lei comine pena privativa de liberdade, e de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores.

XVI. Plano de Trabalho – Anexo XII;

XVII. Declaração do representante legal da OSC sobre a existência de instalações e outras condições materiais da organização ou sobre a previsão de contratar ou adquirir com recursos da parceria; -ANEXO III);

XVIII. Relação nominal atualizada dos dirigentes da instituição, com endereço, número e órgão expedidor da carteira de identidade (RG) e número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) de cada um deles (Anexo IV);

XIX. Relação do quadro funcional da OSC contendo: nome completo dos empregados, função, escolaridade/formação, horário de trabalho; e os seus respectivos currículos e comprovantes de escolaridade (certificado/diploma ou declaração) dos profissionais atuantes na parceria- ANEXO V;

XX. Declaração contendo o nome do contador responsável pela OSC e respectiva cópia da certidão de regularidade do Conselho Regional de Contabilidade;-ANEXO VIII;

XXI. Declaração de Dados Bancários, conforme Anexo VI – Declaração de Dados Bancários, juntamente com o extrato da conta corrente da Organização da Sociedade Civil zerada, em Instituição Financeira Pública, que será utilizada, exclusivamente, para movimentação dos recursos repassados mediante o Termo de Colaboração.

XXII. Declaração informando ciência e concordância com as disposições previstas no Edital e seus anexos, bem como que se responsabiliza pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de seleção.-ANEXO XIII.

XXIII. Declaração assinada pelo responsável legal de que a organização e seus dirigentes não incorrem em qualquer das vedações previstas nos incisos I, II, IV, V, VI e VII do art. 39 da Lei Federal nº 13.019/2014.-ANEXO I.

XIV. Cópia do certificado como entidade de utilidade pública, para as OSC que tenham esse título.

8. COMISSÃO DE SELEÇÃO

8.1. A Comissão de Seleção é o órgão colegiado destinado a processar e julgar o presente credenciamento, constituída na forma da Portaria nº 13/2024, da Secretaria Municipal de Educação.

8.2. Deverá se declarar impedido membro da Comissão de Seleção que tenha participado, nos últimos 5 (cinco) anos, contados da publicação do presente Edital, como associado, cooperado, dirigente, conselheiro ou empregado de qualquer OSC participante do chamamento público, ou cuja atuação no processo de seleção configure conflito de interesse, nos termos da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013 (art. 27, §§ 2º e 3º, da Lei nº 13.019, de 2014).

8.3. A declaração de impedimento de membro da Comissão de Seleção não obsta a continuidade do processo de seleção.

8.4. Configurado o impedimento, o membro impedido deverá ser imediatamente substituído por membro que possua qualificação equivalente à do substituído, sem necessidade de divulgação de novo Edital (art. 27 §§ 1º a 3º, da Lei nº 13.019, de 2014).

8.5. Para subsidiar seus trabalhos, a Comissão de Seleção poderá solicitar assessoramento técnico de especialista que não seja membro desse colegiado.

8.6. A Comissão de Seleção poderá realizar, a qualquer tempo, diligências para verificar a autenticidade das informações e renovação de documentos apresentados pelas entidades ou para esclarecer dúvidas e omissões. Em qualquer situação, devem ser observados os princípios da isonomia, da impessoalidade e da transparência.

9. DAS INSCRIÇÕES E ANÁLISE DOS DOCUMENTOS

9.1. A fase de seleção observará as seguintes etapas:

ETAPA	DESCRIÇÃO DA ETAPA	DATAS
1	Inscrição e envio dos documentos pelas OSC	08 A 16/01/2024
2	Divulgação do resultado preliminar	18/01/2024
3	Interposição de Recursos após a publicação do resultado do credenciamento	5 dias
4	Divulgação do resultado final	26/01/2024

9.2. A Organização da Sociedade Civil deverá acessar o endereço eletrônico <https://escolasparceiras.salvador.ba.gov.br/>, para efetivar sua inscrição com a juntada de todos os documentos listados no item 7 deste edital.

9.2.1 Não serão aceitas inscrições enviadas via e-mail ou presencial.

9.2.2 A comissão técnica responsável verificará o atendimento dos documentos exigidos no edital.

9.3. A Comissão de Seleção ao analisar os documentos poderá realizar diligência a respeito de possíveis pendências na documentação entregue, estabelecendo prazo de 3 dias para cumprimento, sob pena de indeferimento do pleito de credenciamento.

9.4. Após análise sistemática dos documentos apresentados será emitido um Parecer Técnico pela Comissão de Seleção declarando a instituição HABILITADA ou NÃO HABILITADA para fins de celebração da parceria.

9.5. O resultado do julgamento será publicado no site da Secretaria Municipal de Educação (www.educasalvador.gov.br) e no Diário Oficial do Município.

9.6 A declaração de habilitação da instituição através do presente credenciamento não importará, para a administração municipal, em obrigatoriedade de parceria com as respectivas instituições.

9.8 Será indeferido o credenciamento:

- a) Que apresente Plano de Trabalho em desacordo com o conteúdo mínimo indicado no ANEXO XII, não contenham a descrição da realidade objeto da parceria e o nexos com a atividade proposta; as metas a serem executadas; a previsão de receitas e despesas; o cronograma de desembolso obedecendo o quantitativo de alunos declarados no CENSO ESCOLAR.
- b) Que estejam em desacordo com as normas previstas neste Edital e/ou que não tenha sido encaminhados documentos obrigatórios.
- c) Que não tenha atendido as diligências realizadas pela Comissão de Seleção.

9.9. A Comissão de Seleção analisará o número do INEP fornecido pela OSC para avaliação dos alunos declarados no CENSO ESCOLAR, considerando o número de crianças atendidas segundo faixa etária e período de atendimento (parcial/integral);

9.9.1. No caso de OSCs que, no momento do credenciamento, não tenha se cadastrado no CENSO ESCOLAR do ano anterior, conforme item 3.2 deste edital, fica obrigada a entidade parceira a realizar o cadastramento no primeiro Censo que ocorrer após efetivação do Termo de Colaboração, comunicando o mais breve possível a unidade responsável, sob pena de rescisão da parceira ao final do exercício financeiro em curso ou, antes disso, dependendo de manifestação motivada do gestor da parceria.

9.10. A falsidade de informações e documentos recebidos acarretará a eliminação do credenciamento, podendo ensejar, ainda, aplicação de sanção administrativa contra a Organização da Sociedade Civil e comunicação do fato às autoridades competentes, inclusive para apuração do cometimento de eventual crime.

9.11. A Administração Pública divulgará os resultados do processo de seleção na página do sítio oficial da Secretaria Municipal da Educação, no endereço <http://educacao.salvador.ba.gov.br/> e no Diário Oficial do Município – DOM, iniciando-se o prazo para recurso.

10. PRAZO RECURSAL

10.1 Caberá recurso, no prazo de até 05 (cinco) dias, contados a partir da data da publicação do resultado, que deverá ser protocolado através do sistema <https://escolasparceiras.salvador.ba.gov.br/>.

10.2 O recurso será dirigido a Comissão de Seleção, que procederá o julgamento e ao final adotará as providências para sua divulgação no site da Secretaria Municipal de Educação e mediante publicação do Diário Oficial do Município.

10.3 Não serão conhecidas as impugnações e recursos apresentados fora do prazo estabelecido, apócrifos, e/ou subscritos por representantes não habilitados legalmente, bem como os de caráter meramente protelatórios.

10.4. Recebido o recurso, a Comissão de Seleção poderá reconsiderar sua decisão ou encaminhar o recurso à autoridade competente, com as informações necessárias à decisão final.

10.5. A decisão final do recurso, devidamente motivada, deverá ser proferida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, contado do recebimento do recurso e não caberá novo recurso contra esta decisão.

10.6. A homologação não gera para a OSC direito à celebração da parceria (art. 27, §6º, da Lei nº 13.019, de 2014).

10.7. Após divulgação do resultado final e a homologação do credenciamento, a Administração Pública poderá dar prosseguimento ao processo de celebração para formalização do instrumento da parceria.

10.8. As OSCs são responsáveis pela contagem dos prazos, bem como pelo acompanhamento das publicações ocorridas no endereço eletrônico <http://educacao.salvador.ba.gov.br/> e no Diário Oficial do Município, ficando a Administração Pública isenta de quaisquer responsabilidades por perda de prazo.

10.9. A falta de manifestação imediata e motivada da OSC importará em decadência do direito de recorrer com o prosseguimento da homologação do objeto do credenciamento ao(s) selecionado(s) pela Comissão de Seleção.

11. DO PROCESSO DE FORMALIZAÇÃO DOS TERMOS DE COLABORAÇÃO

11.1. Após a publicação do resultado e homologado o processo de credenciamento, a Coordenação de Parceria/ SMED, procederá a abertura de processo administrativo para a formalização do instrumento de parceria das OSC's habilitadas, quando confirmará o cumprimento dos requisitos, os impedimentos (vedações) legais, bem como realizará análise do plano de trabalho.

11.2. Somente será aprovado o plano de trabalho que estiver de acordo com os termos e as condições constantes neste Edital e em seus anexos. Para tanto, a administração pública municipal poderá solicitar a realização de ajustes no plano de trabalho e regularização de documentação se necessário.

11.3. Caso se verifique irregularidade nos documentos apresentados ou constatado evento que impeça a celebração, a OSC será comunicada do fato e instada a regularizar sua situação, no prazo de 05 (cinco) dias corridos.

11.4. Decorrido o prazo estabelecido na convocação mencionada acima, sem manifestação da entidade credenciada, esta não poderá prosseguir com o processo de formalização do termo, sendo necessário realizar nova solicitação de credenciamento, em função da necessidade de averiguação da manutenção das condições de habilitação.

11.5. Não comparecendo no prazo estabelecido, a Comissão procederá o arquivamento do processo com a devida justificativa nos autos.

11.6. Caso a OSC ainda tenha interesse em firmar parceria posteriormente, deverá solicitar novo credenciamento.

11.7. Será emitido Parecer Técnico com observância dos arts. 35, II a V, da Lei 13.019/2015.

11.8. No período de instrução do processo de celebração e a assinatura do instrumento de parceria, a OSC fica obrigada a informar qualquer evento superveniente que possa prejudicar a regular celebração da parceria, sobretudo quanto ao cumprimento dos requisitos e exigências previstos para celebração.

11.9. A OSC deverá comunicar alterações em seus atos societários e no quadro de dirigentes, quando houver.

11.10. Concluída as etapas anteriores, serão adotadas as providências relativas a justificativa da dispensa de chamamento público, conforme estabelecido no art. 35 e 36 do Decreto nº 29.129/2017.

11.11. Concluído os trâmites administrativos, a OSC será comunicada para comparecer na ASSESSORIA DE MONITORAMENTO E CONTRATOS/SMED, para assinatura do Termo de Celebração, mediante agendamento prévio através do número 3202-3064.

11.12. O termo de colaboração somente produzirá efeitos jurídicos após a publicação do respectivo extrato no meio oficial de publicidade da administração pública (art. 38 da Lei nº 13.019, de 2014).

12. PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. Para a execução das obrigações derivadas deste credenciamento serão suportadas, em caso de celebração das parcerias, com os recursos financeiros do orçamento vigente, através das dotações orçamentárias específicas, suplementadas se necessário for.

12.2. Nas parcerias com vigência plurianual ou firmadas em exercício financeiro seguinte ao da seleção, o órgão ou a entidade pública indicará a previsão dos créditos necessários para garantir a execução das parcerias nos orçamentos dos exercícios seguintes.

12.3. A indicação dos créditos orçamentários e empenhos necessários à cobertura de cada parcela da despesa, a ser transferida pela Administração Pública Municipal nos exercícios subsequentes, será realizada mediante registro contábil e deverá ser formalizada por meio de certidão de apostilamento do instrumento da parceria, no exercício em que a despesa estiver consignada.

12.4. O exato valor a ser repassado para a OSC será definido no Termo de Colaboração e Plano de Trabalho, observada a proposta apresentada pela OSC selecionada, com base nos alunos declarados no CENSO, obedecendo a Portaria Interministerial do MEC.

12.5. As liberações de recursos obedecerão ao cronograma de desembolso, que guardará consonância com as metas da parceria, observado o disposto no art. 48 da Lei nº 13.019, de 2014, e nos arts. 46 e 47 do Decreto Municipal nº 29.129, de 2017.

12.6. Os recursos destinados à execução da parceria de que trata este Edital correrão às custas de orçamento próprio do Poder Executivo, vigente para o corrente exercício.

12.7. Os recursos financeiros a serem repassados às instituições credenciadas são equivalentes ao valor anual por aluno, definido anualmente pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para o Estado de Bahia, referente ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

12.8. A partir da assinatura do Termo de Colaboração, a instituição fará jus a repasses, incluindo os meses de férias e recesso escolar.

12.9. A interrupção de repasse do Fundeb pelo FNDE, quando esta der causa a qualquer erro ou irregularidade no Censo Escolar ou em outros cadastros, implicará em notificação da instituição para que a mesma proceda a regularização necessária à retomada dos repasses do FNDE.

12.10. O repasse poderá ser suspenso a qualquer momento, quando identificado grave descumprimento das cláusulas da parceria, devendo o gestor da parceria solicitar à área competente na Secretaria de Educação a apuração do fato para posterior encaminhamento à Comissão de Monitoramento e Avaliação.

12.11. A instituição parceira poderá fazer a jus anualmente, no mês de junho, a Repasse de Manutenção e Investimentos em Recursos Pedagógicos, equivalente a 1/12 do valor anual repassado, com a finalidade de possibilitar a manutenção da unidade e investimentos em recursos pedagógicos, conforme diretrizes da Secretaria de Educação.

12.12. Somente estarão aptas a receber o referido repasse as instituições parceiras que atenderem, em maio do ano corrente, cumulativamente aos seguintes requisitos:

- a) Não tenham cometido falta grave, ou recebido mais de duas advertências pela Comissão de Monitoramento e Avaliação de Parcerias na Educação Infantil.
- e) Tenham disponibilizado todas as matrículas no sistema de matrícula online da Secretaria de Educação;
- f) Não estejam em processo de desligamento;
- g) Tenham média de avaliação superior a 60% (setenta por cento) em pesquisa de satisfação da Secretaria de Educação junto aos pais, quando implementada.
- h) Esteja em dia com a prestação de contas;

12.13. As condições estabelecidas acima serão analisadas no mês de maio de cada ano, para verificação de atendimento dos requisitos até a data de avaliação pela Comissão de Monitoramento.

12.14. Eventuais saldos financeiros remanescentes dos recursos públicos transferidos, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à Administração Pública por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, nos termos do art. 52 da Lei nº 13.019, de 2014.

12.15. O instrumento de parceria será celebrado de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira, respeitado o interesse público e desde que caracterizadas a oportunidade e conveniência administrativas. A seleção de propostas não obriga a Administração Pública a firmar o instrumento de parceria com quaisquer dos proponentes, os quais não têm direito subjetivo ao repasse financeiro.

13. CONTRAPARTIDA

13.1. A contrapartida será o cumprimento do plano de trabalho e das condições do Termo de Colaboração.

14. DAS DECLARAÇÕES E GARANTIAS ANTICORRUPÇÃO

14.1 Se a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA identificar que a OSC tenha participação em práticas corruptas, fraudulentas, coercitivas ou obstrutivas, na execução da parceria ou em quaisquer outras, a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA poderá a qualquer momento cancelar a parceria, aplicando esta extinção conforme os termos dos subitens da referida Cláusula.

14.2 Para os efeitos desta cláusula:

- I- “Práticas de corrupção” oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer coisa de valor com a intenção de influenciar de modo indevido ação de outra parte;
- II- “Prática fraudulenta” significa qualquer ato ou omissão de falsificação, inclusive falsidade ideológica, consciente ou inconscientemente, que engana ou tenta enganar, um indivíduo para obter benefício financeiro ou outro de qualquer ordem, ou com intenção de evitar o cumprimento de uma obrigação;
- III- “Prática colusiva” significa uma combinação entre duas ou mais partes visando alcançar um fim indevido, inclusive influenciar indevidamente as ações de terceiros;
- IV- “Prática coercitiva” significa prejudicar ou causar danos, direta ou indiretamente a qualquer parte interessada ou a sua propriedade para influenciar de modo incorreto as ações de uma parte;
- V- “Prática obstrutiva” é:

a) Deliberadamente destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em investigações ou fazer declarações falsas a investigadores, com o objetivo de impedir materialmente uma investigação sobre alegações de uma prática de corrupção, fraude, coerção ou colusão; e/ou ameaçar, assediar ou intimidar qualquer parte para que esta não revele qualquer fato que seja de seu conhecimento em relação a questões relevantes para a investigação, ou para impedir que recorra à investigação ou a conduza;

b) Atos que objetivem impedir materialmente o exercício dos direitos de inspeção e auditoria.

14.3. Rejeitará a parceria se concluir que a OSC se envolveu, de forma direta ou por meio de um agente, em prática corrupta, fraudulenta, colusiva, coercitiva ou obstrutiva;

I. Declarará viciado o Plano de Trabalho e cancelará o repasse financeiro se, a qualquer momento, verificar que representantes da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, da OSC ou de um beneficiário de qualquer parte dos recursos envolveram-se em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas durante a parceria, sem que a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA tenha adotado medidas oportunas e adequadas, satisfatórias ao Banco Mundial, ora mutuante, para combater essas práticas quando de sua ocorrência, inclusive por falhar em informar tempestivamente ao Banco no momento em que tomou conhecimento dessas práticas;

II. Imporá sanções à pessoa física ou jurídica a qualquer tempo, em conformidade com seus procedimentos de sanções aplicáveis, incluindo declará-la inelegível publicamente, indefinidamente ou por prazo determinado, para (i) a outorga de um contrato financiado pelo Banco e (ii) ser um subempreiteiro, consultor, fabricante ou fornecedor ou prestador de serviço designado de uma empresa elegível a quem se está outorgando um contrato financiado pelo Banco.

14.4. Se algum funcionário da OSC tiver envolvimento em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas durante a parceria esses profissionais devem ser retirados da equipe imediatamente.

14.5. Para efeitos de inspeções e auditorias pelo Banco Mundial, ora mutante do valor repassado, a OSC deverá permitir que o Banco e/ou pessoas designadas pelo Banco possam inspecionar o local e todas as contas e registros relativos à execução da parceria e plano de trabalho, e ter as contas e registros auditados por auditores designados pelo Banco, se o Banco assim solicitar.

14.6. A OSC, seus dirigentes, funcionários e fornecedores devem observar com atenção a cláusula sobre Práticas Corruptas ou Fraudulentas, que prevê, nomeadamente, que os atos destinados a impedir materialmente o exercício de inspeção do Banco Mundial e do direito de efetuar auditoria constituem uma prática proibida e sujeita a rescisão da parceria, bem como a uma determinação de inelegibilidade, de acordo com as Diretrizes de Aquisições do Banco Mundial.

15. DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. O presente Edital será divulgado em página do sítio eletrônico oficial da Secretaria Municipal da Educação – SMED, no endereço <http://educacao.salvador.ba.gov.br/>, www.compras.salvador.ba.gov.br e no Diário Oficial do Município – DOM.

15.2. Qualquer pessoa poderá impugnar o presente Edital, devidamente protocolado e dirigido a Comissão de Seleção.

15.3. A resposta às impugnações caberá a Comissão de Seleção, com homologação do Secretário Municipal de Educação.

15.5. Os pedidos de esclarecimentos, decorrentes de dúvidas na interpretação deste Edital e de seus anexos, deverão ser encaminhado exclusivamente de forma eletrônica, pelo e-mail: comissaodeselecao@educacaosalvador.net.

15.5. Os esclarecimentos serão prestados pela Comissão de Seleção.

15.6. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no Edital. As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados serão juntados nos autos do processo de Credenciamento e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.

15.7. Eventual modificação no Edital, decorrente das impugnações ou dos pedidos de esclarecimentos, ensejará divulgação pela mesma forma que se deu o texto original, alterando-se o prazo inicialmente estabelecido somente quando a alteração afetar a formulação das propostas ou o princípio da isonomia.

15.8. A Secretaria Municipal de Educação - SMED resolverá os casos omissos e as situações não previstas no presente Edital, observadas as disposições legais e os princípios que regem a administração pública.

15.9. A qualquer tempo, o presente Edital poderá ser revogado por interesse público ou anulado, no todo ou em parte, por vício insanável, sem que isso implique direito a indenização ou reclamação de qualquer natureza.

15.9. O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase do Credenciamento.

15.10. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas poderá acarretar a eliminação da proposta apresentada, a aplicação das sanções administrativas cabíveis e a comunicação do fato às autoridades competentes, inclusive para apuração do cometimento de eventual crime. Além disso, caso a descoberta da falsidade ou inverdade ocorra após a celebração da parceria, o fato poderá dar ensejo à rescisão do instrumento, rejeição das contas e/ou aplicação das sanções de que trata o art. 73 da Lei nº 13.019, de 2014.

15.11. Todos os custos decorrentes da elaboração das propostas e quaisquer outras despesas correlatas à participação no Credenciamento serão de inteira responsabilidade das OSCs, não cabendo nenhuma remuneração ou indenização por parte da administração pública.

ANEXOS:

- ANEXO I – DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTOS- DECLARAÇÃO DO REPRESENTANTE LEGAL DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL COM INFORMAÇÃO DE QUE A ENTIDADE E SEUS DIRIGENTES NÃO INCORREM EM QUAISQUER DAS VEDAÇÕES PREVISTAS NO ART. 39, DA LEI Nº 13.019/2014
- ANEXO II – DECLARAÇÃO SOBRE A INEXISTÊNCIA DE VÍNCULO COM O PODER PÚBLICO-DECLARAÇÃO SOBRE A INEXISTÊNCIA DE VÍNCULO COM O PODER PÚBLICO E ATENDIMENTO AOS DEMAIS DISPOSIÇÕES DO ART. 39 DO DECRETO Nº 29.129/2017
- ANEXO III – DECLARAÇÃO SOBRE INSTALAÇÕES E CONDIÇÕES MATERIAIS -DECLARAÇÃO DO REPRESENTANTE LEGAL DA OSC SOBRE A EXISTÊNCIA DE INSTALAÇÕES E OUTRAS CONDIÇÕES MATERIAIS DA ORGANIZAÇÃO OU SOBRE A PREVISÃO DE CONTRATAR OU ADQUIRIR COM RECURSOS DA PARCERIA
- ANEXO IV – RELAÇÃO DOS DIRIGENTES DA ENTIDADE-RELAÇÃO NOMINAL ATUALIZADA DOS DIRIGENTES DA INSTITUIÇÃO, COM ENDEREÇO, NÚMERO E ÓRGÃO EXPEDIDOR DA CARTEIRA DE IDENTIDADE (RG) E NÚMERO DE REGISTRO NO CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS (CPF) DE CADA UM DELES
- ANEXO V – RELAÇÃO DO QUADRO FUNCIONAL DA OSC CONTENDO- RELAÇÃO DO QUADRO FUNCIONAL DA OSC CONTENDO: NOME COMPLETO DOS EMPREGADOS, FUNÇÃO, ESCOLARIDADE/FORMAÇÃO, HORÁRIO DE TRABALHO; E OS SEUS RESPECTIVOS CURRÍCULOS E COMPROVANTES DE ESCOLARIDADE (CERTIFICADO/DIPLOMA OU DECLARAÇÃO) DOS PROFISSIONAIS ATUANTES NA PARCERIA;
- ANEXO VI – DECLARAÇÃO REFERENTE AOS DADOS BANCÁRIOS- DECLARAÇÃO REFERENTE A DADOS BANCÁRIOS DA INSTITUIÇÃO
- ANEXO VII - DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DA LEGISLAÇÃO TRABALHISTA DE MENORES-DECLARAÇÃO ATESTANDO NÃO EMPREGAR MENORES
- ANEXO VIII – DECLARAÇÃO DE CONTADOR- DECLARAÇÃO INDICANDO O CONTADOR RESPONSÁVEL PELA OSC
- ANEXO IX – DECLARAÇÃO DE ISENÇÃO DA COTA PATRONAL- DECLARAÇÃO DE ISENÇÃO DA COTA PATRONAL, QUANDO FOR O CASO
- ANEXO X – DECLARAÇÃO DE GRATUIDADE-DECLARAÇÃO DE GRATUIDADE, INFORMANDO QUE A OSC NÃO COBRA TAXA OU MENSALIDADE
- ANEXO XI – MINUTA DO TERMO DE COLABORAÇÃO
- ANEXO XII – PLANO DE TRABALHO
- ANEXO XIII – DECLARAÇÃO INFORMANDO CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Salvador, 05 de janeiro de 2024.

THIAGO MARTINS DANTAS
Secretário Municipal de Educação

ANEXO I

DECLARAÇÃO DA NÃO OCORRÊNCIA DE IMPEDIMENTOS

Declaro para os devidos fins, que a [identificação da OSC] e seus dirigentes não incorrem em quaisquer das vedações previstas no art. 39 da Lei nº 13.019, de 2014:

- Está regularmente constituída ou, se estrangeira, está autorizada a funcionar no território nacional;
- Não foi omissa no dever de prestar contas de parceria anteriormente celebrada;
- Não tem como dirigente membro de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública da mesma esfera governamental na qual será celebrado o termo de colaboração, estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges ou companheiros, bem como parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau. Observação: a presente vedação não se aplica às entidades que, pela sua própria natureza, sejam constituídas pelas autoridades ora referidas (o que deverá ser devidamente informado e justificado pela OSC), sendo vedado que a mesma pessoa figure no instrumento de parceria simultaneamente como dirigente e administrador público (art. 39, §5º, da Lei nº 13.019, de 2014);
- Não teve as contas rejeitadas pela administração pública nos últimos cinco anos, observadas as exceções previstas no art. 39, caput, inciso IV, alíneas “a” a “c”, da Lei nº 13.019, de 2014;
- Não se encontra submetida aos efeitos das sanções de suspensão de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração, declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública, suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora e, por fim, declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo;
- Não teve contas de parceria julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 08 (oito) anos;
- Não tem entre seus dirigentes pessoa cujas contas relativas a parcerias tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 08 (oito) anos; julgada responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação; ou considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III do art. 12 da Lei nº 8.429, de 02 de junho de 1992.

Salvador, ____ de _____ de 20__.

(Nome e Cargo do Representante Legal da OSC)

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE VÍNCULOS

Declaro para os devidos fins, em nome da [identificação da OSC], que:

- Não há no quadro de dirigentes: (a) membro de Poder ou do Ministério Público ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública municipal; estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges ou, companheiros, bem como parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau. Observação: a presente vedação não se aplica às entidades que, pela sua própria natureza, sejam constituídas pelas autoridades ora referidas (o que deverá ser devidamente informado e justificado pela OSC), sendo vedado que a mesma pessoa figure no instrumento de parceria simultaneamente como dirigente e administrador público (art. 39, §5º, da Lei nº 13.019, de 2014).
- Não contratará com recursos da parceria, para prestação de serviços, servidor ou empregado público, inclusive àquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança, de órgão ou entidade da administração pública municipal celebrante, ou seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, ressalvadas as hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias;
- Não serão remunerados, a qualquer título, com os recursos repassados: (a) membro de Poder ou do Ministério Público ou dirigente de órgão ou entidade da Administração Pública; (b) servidor ou empregado público, inclusive àquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança, de órgão ou entidade da Administração Pública celebrante, ou seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, ressalvadas as hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias; e (c) pessoas naturais condenadas pela prática de crimes contra a administração pública ou contra o patrimônio público, de crimes eleitorais para os quais a lei comine pena privativa de liberdade, e de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores.

Salvador, ____ de _____ de 20__.

(Nome e Cargo do Representante Legal da OSC)

ANEXO III

DECLARAÇÃO SOBRE INSTALAÇÕES E CONDIÇÕES MATERIAIS

Declaro, em conformidade com o art. 33, caput, inciso V, alínea “c”, da Lei nº 13.019, de 2014, que a [identificação da organização da sociedade civil – OSC]:

- Dispõe de instalações e outras condições materiais para o desenvolvimento das atividades ou projetos previstos na parceria e o cumprimento das metas estabelecidas.

OU

- Pretende contratar ou adquirir com recursos da parceria as condições materiais para o desenvolvimento das atividades ou projetos previstos na parceria e o cumprimento das metas estabelecidas.

OU

- Dispõe de instalações e outras condições materiais para o desenvolvimento das atividades ou projetos previstos na parceria e o cumprimento das metas estabelecidas, bem como pretende, ainda, contratar ou adquirir com recursos da parceria outros bens para tanto.

Observação: A organização da sociedade civil adotará uma das três redações acima, conforme a sua situação. A presente observação deverá ser suprimida da versão final da declaração.

Salvador, ____ de _____ de 20__.

(Nome e Cargo do Representante Legal da OSC)

ANEXO IV

RELAÇÃO DOS DIRIGENTES DA ENTIDADE Art.34, V e VI, da Lei 13.019/2014		
Nome do dirigente e cargo que ocupa na OSC	Carteira de identidade, órgão expedidor e CPF.	Endereço residencial, telefone e-mail.

Salvador, ____ de _____ de 20__.

(Nome e Cargo do Representante Legal da OSC)

ANEXO V

RELAÇÃO DO QUADRO FUNCIONAL			
Nome	Função	Escolaridade/ Formação	Horário de Trabalho

Salvador, ____ de _____ de 20 ____.

(Nome e Cargo do Representante Legal da OSC)

ANEXO VI

DECLARAÇÃO DADOS BANCÁRIOS

(Art. 51 da Lei 13.019/2014)

Declaro para os devidos fins, em nome da [identificação da organização da sociedade civil – OSC], nos termos do art. 51, da Lei 13.019/2014, que a seguinte conta específica abaixo indicada foi aberta exclusivamente para receber os recursos da parceria celebrada. Banco: (...)

Agência: (...)

Conta: (...)

Declaro assumir a total responsabilidade sobre a veracidade das informações contidas neste documento.

Salvador, ____ de _____ de 202x.

(Nome e Cargo do Representante Legal da OSC)

ANEXO VII

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DA LEGISLAÇÃO TRABALHISTA DE MENORES

Declaro, sob as penalidades cabíveis, que não mantemos em nosso quadro de pessoal empregado(s) menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno perigoso ou insalubre e de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1998.

Salvador, ____ de _____ de 20__.

(Nome e Cargo do Representante Legal da OSC)

ANEXO VIII

DECLARAÇÃO DE CONTADOR

_____, presidente/diretor/provedor do (a) _____, CPF _____, declaro para os devidos fins e sob penas da Lei, que _____ (nome do contador), CPF _____, RG _____, CRC n° _____ é o contador responsável pela referida entidade e que seu registro está regular junto ao Conselho Regional de Contabilidade, conforme cópia anexa.

Declaro ainda que a escrituração estão regulares e perfeitos de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com as Normas Brasileiras de Contabilidade, demonstradas nas demonstrações contábeis e fiscal .

Salvador (BA), ____ de _____ de 20__.

_____ Nome

da Entidade

Nome do Presidente

_____ Nome do Escritório Contábil

CNPJ n°

Nome do Contador responsável

CRC/BA n° _____ CPF

n° _____

Telefone: _____

ANEXO IX

DECLARAÇÃO DE ISENÇÃO DE COTA PATRONAL

_____, presidente/diretor/provedor do (a)
_____, CPF _____, declaro para os devidos fins e sob
penas da Lei, sob as penas da lei, que a instituição goza do benefício de contribuições sociais.

Salvador, ____ de _____ de 20__

(Nome e Cargo do Representante Legal da OSC)

ANEXO X

DECLARAÇÃO DE GRATUIDADE

_____, presidente/diretor/provedor do (a)
_____, CPF _____, declara para os devidos fins e sob
penas da Lei, que não realiza cobranças pelos serviços educacionais prestados.

Salvador, ____ de _____ de 20__.

(Nome e Cargo do Representante Legal da OSC)

ANEXO XI

MINUTA

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº xxx/xxxx

Termo de Colaboração que entre si celebram PREFEITURA MUNICIPAL DO SALVADOR, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SMED e o xxxxxxxx, o atendimento na Educação Infantil à criança de 0 (zero) a 5 (cinco) anos de idade.

A **SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE SALVADOR - SMED** com sede na Praça da Inglaterra, nº02 - Comércio, cidade de Salvador, Estado da Bahia, CEP: 40.015-140, representada neste ato pelo Secretário de Educação Srº. THIAGO MARTINS DANTAS, devidamente nomeado pelo Decreto publicado no Diário Oficial do Município nº 8.455 de 17/01/2023, com delegação de competência pelo Decreto publicado no Diário Oficial do Município nº 8.455 de 17/01/2023, adiante denominada ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, e de outro lado o xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, CNPJ nº xxxxxxxxxxxxxxxx, entidade civil sem fins lucrativos, com sede na xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, CEP xxxxxxxxxxxxxxxx, Salvador(BA), representada neste ato por sua representante legal, xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, brasileira, inscrita no CPF sob nº xxxxxxxxxxxxxxxx, portadora da Carteira de Identidade nº xxxxxxxxxxxxxxxx, doravante denominada ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, em conjunto PARTÍCIPES, resolvem celebrar o presente TERMO DE COLABORAÇÃO em conformidade com o novo plano de trabalho e devido credenciamento constantes no Processo Administrativo nº 192397/2022, sob a égide da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e suas alterações e Decreto Municipal nº 29.129 de 10 de novembro de 2017, mediante as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente TERMO DE COLABORAÇÃO tem por finalidade o atendimento na Educação Infantil à criança de 0 (zero) a 5 (cinco) anos de idade, nos seus aspectos físicos, emocionais, afetivos, cognitivolínguísticos e sociais, conforme estabelecido no Plano de Trabalho, mediante a transferência de recursos financeiros do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB referentes às matrículas efetivadas na educação infantil, apuradas com base no Censo Escolar realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP/MEC.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PLANO DE TRABALHO

2.1. Para o alcance do objeto pactuado, os partícipes obrigam-se a cumprir o PLANO DE TRABALHO que, independente de transcrição, é parte integrante e indissociável do presente TERMO DE COLABORAÇÃO, bem como toda documentação técnica que dele resulte, cujos dados neles contidos acatam os partícipes.

Parágrafo Único. Os ajustes no PLANO DE TRABALHO serão formalizados por TERMO DE APOSTILAMENTO, exceto disposição contrária, caso em que deverão ser formalizados por ADITAMENTO ao TERMO DE COLABORAÇÃO.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

3.1. O prazo de vigência deste TERMO DE COLABORAÇÃO terá prazo de vigência de 24 (vinte quatro) meses, com a possibilidade de prorrogação por iguais e sucessivos períodos, de acordo com a legislação aplicável.

CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

4.1. Para a execução das atividades e ações previstas neste TERMO DE COLABORAÇÃO, serão disponibilizados recursos pela SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO/FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (FME) no valor total correspondente às matrículas efetivadas na Educação Infantil, apuradas com base no Censo Escolar realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP/MEC, à conta da ação orçamentária, conforme CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO constante do PLANO DE TRABALHO e quadro a seguir:

Classificação Funcional Programática:

Natureza da despesa:

Fonte de recursos:

4.2. As despesas referentes ao presente exercício serão adimplidas no exercício financeiro atual de acordo com as dotações informadas acima e os valores que ultrapassem o exercício financeiro em curso, correspondente a execução no exercício seguinte, correrá pelas dotações incluídas na lei orçamentária e expediente normativos vigentes.

CLÁUSULA QUINTA – DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

5.1 A liberação do recurso financeiro se dará em **até 03 (três) parcelas, correspondente a renda per capita anual por aluno às instituições**, em estrita conformidade com o CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO constante no Plano de Trabalho, o qual guardará consonância com as metas da parceria, ficando a liberação condicionada, ainda, ao cumprimento dos requisitos previstos no art. 48 da Lei nº 13.019, de 2014, e no art. 46 do Decreto nº 29.129, de 2017.

5.2. Dependendo da avaliação positiva, a entidade parceira poderá fazer jus anualmente a uma parcela adicional no mês de junho, denominado de Repasse de Manutenção e Investimentos em Recursos Pedagógicos, equivalente a 1/12 do valor anual repassado, com a finalidade de possibilitar a manutenção da unidade e investimentos em recursos pedagógicos, conforme diretrizes da Secretaria de Educação.

5.3. Somente estarão aptas a receber o referido repasse as instituições parceiras que atenderem, em maio do ano corrente, cumulativamente aos seguintes requisitos:

- a) Não tenham cometido falta grave, ou recebido mais de duas advertências pela Comissão de Monitoramento e Avaliação de Parcerias na Educação Infantil.
- e) Tenham disponibilizado todas as matrículas no sistema de matrícula online da Secretaria de Educação;
- f) Não estejam em processo de desligamento;
- g) Tenham média de avaliação superior a 60% (setenta por cento) em pesquisa de satisfação da Secretaria de Educação junto aos pais, quando implementada.
- h) Esteja em dia com a prestação de contas;

5.4. As condições estabelecidas acima serão analisadas no mês de maio de cada ano, para verificação de atendimento dos requisitos até a data de avaliação pela Comissão de Monitoramento.

5.5. Eventuais saldos financeiros remanescentes dos recursos públicos transferidos, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à Administração Pública por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, nos termos do art. 52 da Lei nº 13.019, de 2014.

5.6. A prestação de contas desta parcela será realizada de forma autônoma e seguirá as mesmas diretrizes das demais.

5.7. O recurso financeiro a ser repassado pela ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA será calculado por número de crianças atendidas, segundo a faixa etária e período de atendimento (parcial/integral), em valores correspondentes a 100% (cem por cento) do valor per capita estabelecido anualmente, conforme os parâmetros estabelecidos na publicação prevista no art. 15, da Lei Federal nº 11.494/07;

5.8. As parcelas dos recursos ficarão retidas até o saneamento das impropriedades ou irregularidades detectadas nos seguintes casos:

- I- Quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida;
- II- Quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da OSC em relação a obrigações estabelecidas no Termo de Colaboração;
- III- Quando a OSC deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo.

5.9. A verificação das hipóteses de retenção previstas no Item 5.2 ocorrerá por meio de ações de monitoramento e avaliação, incluindo:

- I- A verificação da existência de denúncias aceitas;

- II- A análise das prestações de contas anuais;
- III- As medidas adotadas para atender a eventuais recomendações existentes dos órgãos de controle interno e externo; e.
- IV- A consulta aos cadastros e sistemas federais, estaduais e municipais que permitam aferir a regularidade da parceria.

5.10. Conforme disposto no inciso II do caput do art. 48 da Lei nº 13.019, de 2014, o atraso injustificado no cumprimento de metas pactuadas no PLANO DE TRABALHO configura inadimplemento de obrigação estabelecida no TERMO DE COLABORAÇÃO, nos termos do Item 5.2, inciso II, desta Cláusula.

CLÁUSULA SEXTA - DOS RECURSOS FINANCEIROS

6.1 Os recursos referentes ao presente TERMO DE COLABORAÇÃO, desembolsados pela Secretaria Municipal de Educação/FME serão mantidos em conta corrente específica, isenta de tarifa bancária.

6.2 Os recursos depositados na conta bancária específica do TERMO DE COLABORAÇÃO serão aplicados em cadernetas de poupança, fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, enquanto não empregados na sua finalidade.

6.3. Os rendimentos auferidos das aplicações financeiras poderão ser aplicados no objeto deste instrumento desde que haja solicitação fundamentada da OSC e autorização da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, estando sujeitos às mesmas condições de PRESTAÇÃO DE CONTAS exigidas para os recursos transferidos.

6.4. A conta referida no Item 6.1 desta Cláusula será em instituição financeira pública determinada pela ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA e isenta da cobrança de tarifas bancárias.

6.5 Os recursos da parceria geridos pela OSC estão vinculados ao PLANO DE TRABALHO e não caracterizam receita própria e nem pagamento por prestação de serviços e devem ser alocados nos seus registros contábeis conforme as Normas Brasileiras de Contabilidade.

6.6 Toda a movimentação de recursos será realizada mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária, na forma do art. 54, III, §2º, do Decreto n. 29.129, de 2017, salvo quando autorizado o pagamento em espécie limitado a R\$ 1.800,00 (um mil e oitocentos reais), devidamente justificado no plano de trabalho, na forma do art. 54, III, §3º, do Decreto n. 29.129, de 2017.

6.7 Caso os recursos depositados na conta corrente específica não sejam utilizados no prazo de vigência da parceria, contado a partir da efetivação do depósito, o TERMO DE COLABORAÇÃO será rescindido unilateralmente pela ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, salvo quando houver execução parcial do objeto, desde que previamente justificado pelo gestor da parceria e autorizado pelo Secretário Municipal ou pelo dirigente máximo da Administração Pública Municipal.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

7.1. O presente TERMO DE COLABORAÇÃO deverá ser executado fielmente pelas Partes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas aplicáveis, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução ou execução parcial, sendo vedado à OSC utilizar recursos para finalidade alheia ao objeto da parceria.

Parágrafo Primeiro. Além das obrigações constantes na legislação que rege o presente instrumento e dos demais compromissos assumidos neste instrumento, cabe à **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA** cumprir as seguintes atribuições, responsabilidades e obrigações:

- I- Promover o repasse dos recursos financeiros obedecendo ao Cronograma de Desembolso constante do PLANO DE TRABALHO aprovado;
- II- O recurso financeiro a ser repassado à OSC será calculado por número de crianças atendidas, segundo a faixa etária e período de atendimento (parcial/integral), em valores correspondentes a 100% (cem por cento) do valor per capita estabelecido anualmente, conforme os parâmetros estabelecidos na publicação prevista no art. 15, da Lei Federal nº 11.494/07;

- III- Prestar o apoio necessário e indispensável à OSC para que seja alcançado o objeto do TERMO DE COLABORAÇÃO em toda a sua extensão e no tempo devido;
- IV- Monitorar e avaliar a execução do objeto deste TERMO DE COLABORAÇÃO, por meio de análise das informações acerca do processamento da parceria, diligências e VISITAS IN LOCO, quando necessário, zelando pelo alcance dos resultados pactuados e pela correta aplicação dos recursos repassados, observando o prescrito na Cláusula Décima;
- V- Comunicar à OSC quaisquer irregularidades decorrentes do uso dos recursos públicos ou outras impropriedades de ordem técnica ou legal, fixando o prazo previsto na legislação para saneamento ou apresentação de esclarecimentos e informações;
- VI- Analisar os relatórios de execução do objeto e de execução financeira;
- VII- Receber, propor, analisar e, se for o caso, aprovar as propostas de alteração do Termo de Colaboração;
- VIII- Instituir por meio de Portaria do Secretário Municipal da Educação a Comissão de Monitoramento e Avaliação – CMA;
- IX- Orientar e acompanhar o processo de inclusão de crianças com deficiência;
- X- Articular com o Conselho Municipal de Educação – CME acerca da sistemática para fiscalização das instituições e deliberação para funcionamento;
- XI- Designar o GESTOR DA PARCERIA, que ficará responsável pelas obrigações previstas no art. 61 da Lei nº 13.019, de 2014, e pelas demais atribuições constantes na legislação regente;
- XII- Retomar os bens públicos em poder da OSC na hipótese de inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil, exclusivamente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, por ato próprio e independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das metas ou atividades pactuadas, nos termos do art. 62, inciso I, da Lei nº 13.019, de 2014;
- XIII- Poderá assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no plano de trabalho, no caso de paralisação e inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela OSC até o momento em que a Administração Pública assumir essas responsabilidades, nos termos do art. 62, II, da Lei nº 13.019, de 2014;
- XIV- Reter a liberação dos recursos quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida, ou quando a OSC deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela Administração Pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo, comunicando o fato à OSC e fixando-lhe o prazo de até 30 (trinta) dias para saneamento ou apresentação de informações e esclarecimentos, nos termos do art. 48 da Lei nº 13.019, de 2014;
- XV- Prorrogar de “ofício” a vigência do TERMO DE COLABORAÇÃO, antes do seu término, quando der causa a atraso na liberação dos recursos, limitada a prorrogação ao exato período do atraso verificado, nos termos do art. 55, parágrafo único, da Lei nº 13.019, de 2014;
- XVI- Publicar, no Diário Oficial do Município, extrato do TERMO DE COLABORAÇÃO;
- XVII- Divulgar informações referentes à parceria celebrada em dados abertos e acessíveis e manter, no seu sítio eletrônico oficial o instrumento da parceria celebrada e seu respectivo PLANO DE TRABALHO, nos termos do art. 10 da Lei nº 13.019, de 2014;
- XVIII- Exercer atividade normativa, de controle e fiscalização sobre a execução da parceria, inclusive, se for o caso, reorientando as ações, de modo a evitar a descontinuidade das ações pactuadas;
- XIX- Informar à OSC os atos normativos e orientações da Administração Pública que interessem à execução do presente TERMO DE COLABORAÇÃO;
- XX- Analisar e decidir sobre a prestação de contas dos recursos aplicados na consecução do objeto do presente TERMO DE COLABORAÇÃO;
- XXI- Aplicar as sanções previstas na legislação, proceder às ações administrativas necessárias à exigência da restituição dos recursos transferidos e instaurar TOMADA DE CONTAS ESPECIAL, quando for o caso.

- XXII- Realizar capacitação administrativa e financeira às entidades parceiras, visando melhor controle, aprimoramento e alcance dos objetos da parceria.
- XXIII- Assegurar a participação do corpo técnico/docente da entidade parceira nas formações profissionais oferecidas à rede própria pelo Centro de Formação Emília Ferreiro e, quando possível, nas demais formações não realizadas diretamente pela Secretaria de Educação.
- XXIV- Disponibilizar fardamento escolar para as crianças atendidas pela parceria, dependendo este fornecimento de adesão pela entidade, haja vista o caráter facultativo.
- XXV- Verificada a possibilidade financeira e orçamentária, promover a extensão de recursos e ações pedagógicas às creches parceiras (dias festivos e kits pedagógicos).

Parágrafo Segundo. Além das obrigações constantes na legislação que rege o presente instrumento e dos demais compromissos assumidos neste instrumento, cabe à **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL** cumprir as seguintes atribuições, responsabilidades e obrigações:

- I- Executar fielmente o objeto pactuado, de acordo com as cláusulas deste termo, a legislação pertinente e o plano de trabalho aprovado pela Administração Pública, adotando todas as medidas necessárias à correta execução deste Termo de Colaboração, observado o disposto na Lei n. 13.019, de 2014, e no Decreto n. 29.129, de 2017 e respeitando as Diretrizes Curriculares Nacionais, as normas do Sistema Municipal de Ensino e Resoluções do Conselho Municipal de Educação – CME para a Educação Infantil;
- II- Atender ao quantitativo de crianças indicadas no Plano de Trabalho;
- III- Garantir a inclusão e o atendimento de qualidade das crianças com deficiência, sob pena de serem oficiados os órgãos competentes;
- IV- Declarar anualmente o CENSO ESCOLAR preenchendo os formulários do Educacenso, referentes à primeira e segunda etapas, e apresentar à ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA os respectivos recibos;
- V- Zelar pela boa qualidade das ações e serviços prestados, buscando alcançar eficiência, eficácia, efetividade social e qualidade em suas atividades, responsabilizando-se pelas condições de salubridade e habitabilidade de suas unidades escolares;
- VI- Obter e manter a autorização de funcionamento junto ao Conselho Municipal de Educação – CME;
- VII- Apresentar à ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, previamente, o Calendário Escolar Anual e suas eventuais alterações;
- VIII- Comunicar, de imediato, à ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, paralisações das atividades, alteração do número de profissionais, de vagas e/ou de crianças atendidas, bem como quaisquer outras informações e atividades que venham a interferir no atendimento educacional;
- IX- Comunicar previamente à ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA e ao Conselho Municipal de Educação – CME qualquer alteração nos dados informados na celebração deste termo;
- X- Garantir o cumprimento da contrapartida em bens e serviços conforme estabelecida no plano de trabalho, se for o caso;
- XI- Manter e movimentar os recursos financeiros de que trata este Termo de Colaboração em conta bancária específica, na instituição financeira pública determinada pela Administração Pública, inclusive os resultados de eventual aplicação no mercado financeiro, aplicando-os, na conformidade do plano de trabalho, exclusivamente no cumprimento do seu objeto, observadas as vedações relativas à execução das despesas;
- XII- Não utilizar os recursos recebidos nas despesas vedadas pelo art. 45 da Lei nº 13.019, de 2014;
- XIII- Apresentar Relatório de Execução do Objeto de acordo com o estabelecido nos art. 63 a 72 da Lei nº 13.019/2014 e art. 73 e seguintes do Decreto nº 29.129, de 2017;
- XIV- Executar o PLANO DE TRABALHO APROVADO, bem como aplicar os recursos públicos e gerir os bens públicos com observância aos princípios da legalidade, da legitimidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da economicidade, da eficiência e da eficácia;

- XV- Prestar contas à ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, ao término de cada exercício financeiro e no encerramento da vigência do TERMO DE COLABORAÇÃO, nos termos do capítulo IV da Lei nº 13.019, de 2014 e Resolução TCMBBA nº 1381/2018;
- XVI- Responsabilizar-se pela contratação e pagamento do pessoal que vier a ser necessário à execução do PLANO DE TRABALHO, conforme disposto no inciso VI do art. 11, inciso I, e §3º do art. 46 da Lei nº 13.019, de 2014, inclusive pelos encargos sociais e obrigações trabalhistas decorrentes, ônus tributários ou extraordinários que incidam sobre o instrumento;
- XVII- Permitir o livre acesso do gestor da parceria, membros do CONSELHO DE POLÍTICA PÚBLICA da área, da COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO – CMA, da Controladoria Geral do Município (CGM) e do TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DA BAHIA (TCM), a todos os documentos relativos à execução do objeto do TERMO DE COLABORAÇÃO, bem como aos locais de execução do projeto, permitindo o acompanhamento *in loco* e prestando todas e quaisquer informações solicitadas;
- XVIII- Quanto aos bens materiais e/ou equipamentos adquiridos com os recursos da parceria:
- a) Utilizar os bens materiais e/ou equipamentos em conformidade com o objeto pactuado;
 - b) Garantir sua guarda e manutenção;
 - c) Comunicar imediatamente à ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA qualquer dano que os bens vierem a sofrer;
 - d) Arcar com todas as despesas referentes a transportes, guarda, conservação, manutenção e recuperação dos bens;
 - e) Em caso de furto ou de roubo, levar o fato, por escrito, mediante protocolo, ao conhecimento da autoridade policial competente, enviando cópia da ocorrência à ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, além da proposta para reposição do bem, de competência da OSC;
 - f) Durante a vigência do TERMO DE COLABORAÇÃO, somente movimentar os bens para fora da área inicialmente destinada à sua instalação ou utilização mediante expressa autorização da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA e prévio procedimento de controle patrimonial;
- XIX- Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção desta parceria, restituir à ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, conforme art. 52 da Lei nº 13.019, de 2014;
- XX- Manter, durante a execução da parceria, as mesmas condições exigidas nos art. 33 e 34 da Lei nº 13.019, de 2014;
- XXI- Contratar serviços e fornecimento de bens para a execução do objeto da parceria precedidas de cotação de preços;
- XXII- Apresentar à ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, junto ao processo de prestação de contas, o controle de frequência das crianças atendidas;
- XXIII- Manter registros, arquivos e controles contábeis específicos para os dispêndios relativos a este TERMO DE COLABORAÇÃO, pelo prazo de 10 (dez) anos após a PRESTAÇÃO DE CONTAS, conforme previsto no parágrafo único do art. 68 da Lei nº 13.019, de 2014;
- XXIV- Garantir a manutenção da equipe técnica em quantidade e qualidade adequadas ao bom desempenho das atividades;
- XXV- Fornecer à Comissão de Monitoramento todas as informações e os documentos exigidos pela Lei nº 13.019, de 2014;
- XXVI- Observar o disposto no art. 48 da Lei nº 13.019, de 2014, para o recebimento de cada parcela dos recursos financeiros;
- XXVII- Comunicar à ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA suas alterações estatutárias, após o registro em cartório;
- XXVIII- Divulgar na internet e em locais visíveis da sede social da OSC e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as informações detalhadas no art. 11, incisos I a VI, da Lei Federal nº 13.019, de 2014;

- XXIX- Submeter previamente à ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA qualquer proposta de alteração do plano de trabalho, na forma definida neste instrumento, observadas as vedações relativas à execução das despesas;
- XXX- Responsabilizar-se exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que disser respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal, nos termos do art. 42, inciso XIX, da Lei nº 13.019, de 2014;
- XXXI- Responsabilizar-se exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto neste TERMO DE COLABORAÇÃO, o que não implica responsabilidade solidária ou subsidiária da Administração Pública quanto à inadimplência da OSC em relação ao referido pagamento, aos ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou aos danos decorrentes de restrição à sua execução, nos termos do art. 42, inciso XX, da Lei nº 13.019, de 2014;
- XXXII- Quando for o caso, providenciar licenças e aprovações de projetos emitidos pelo órgão ambiental competente, da esfera municipal, estadual ou federal e concessionárias de serviços públicos, conforme o caso, e nos termos da legislação aplicável;
- XXXIII- Apresentar a Prestação de Contas dos recursos recebidos;
- XXXIV- Fornecer documentos da vida escolar do aluno sempre a Comissão de Monitoramento requisitar;
- XXXV- Manter controle de frequência dos alunos atualizado, com registro de ocorrência;
- XXXVI- Fornecer documento comprobatório digital de matrícula, a ser encaminhado à Secretaria no prazo determinado pela unidade técnica responsável
- XXXVII- Cadastramento das matrículas no SISTEMA DE MATRÍCULA DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.
- XXXVIII- As OSC's que se credenciaram apresentando declaração do Conselho Municipal de Educação atestando a existência de processo em curso referente a expedição de ato autorizativo de funcionamento, ficam obrigadas a apresentar o ato autorizativo, no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da data de assinatura do Termo;

CLÁUSULA OITAVA – DA ALTERAÇÃO

8.1. Este TERMO DE COLABORAÇÃO poderá ser modificado, em suas cláusulas e condições, exceto quanto ao seu objeto, com as devidas justificativas, mediante Termo Aditivo ou por Termo de Apostilamento, devendo o respectivo pedido ser apresentado em até 30 (trinta) dias antes do seu término, observado o disposto no art. 57 da Lei nº 13.019, de 2014.

Parágrafo Único. Os ajustes realizados durante a execução do objeto integrarão o Plano de Trabalho, desde que submetidos pela OSC e aprovados previamente pela autoridade competente.

CLÁUSULA NONA – DAS COMPRAS E CONTRATAÇÕES

9.1. A OSC adotará métodos usualmente utilizados pelo setor privado para a realização de compras e contratações de bens e serviços com recursos transferidos pela ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, sendo facultada a utilização do portal de compras disponibilizado pela Administração Pública Federal, Estadual e Municipal.

9.2. A OSC deve verificar a compatibilidade entre o valor previsto para realização da despesa, aprovado no PLANO DE TRABALHO, e o valor efetivo da compra ou contratação e, caso o valor efetivo da compra ou contratação seja superior ao previsto no PLANO DE TRABALHO, deverá assegurar a compatibilidade do valor efetivo com os novos preços praticados no mercado, quando for o caso.

9.3. Para fins de comprovação das despesas, a OSC deverá obter de seus fornecedores e prestadores de serviços notas, comprovantes fiscais ou recibos, com data, valor, nome e número de inscrição no CNPJ da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL e do CNPJ ou CPF do fornecedor ou prestador de serviço, e deverá manter a guarda dos documentos originais pelo prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da apresentação da prestação de contas ou do decurso do prazo para a apresentação da PRESTAÇÃO DE CONTAS.

9.4. A OSC deverá manter a guarda dos documentos originais pelo prazo de dez anos, contado do dia útil subsequente ao da apresentação da PRESTAÇÃO DE CONTAS ou do decurso do prazo para a apresentação da PRESTAÇÃO DE CONTAS.

9.5. Na gestão financeira, a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL poderá:

- I - pagar despesa em data posterior ao término da execução do TERMO DE COLABORAÇÃO, mas somente quando o fato gerador da despesa tiver ocorrido durante sua vigência;
- II - incluir, dentre a Equipe de Trabalho contratada, pessoas pertencentes ao quadro da Organização da Sociedade Civil, inclusive os dirigentes, desde que exerçam ação prevista no PLANO DE TRABALHO aprovado, nos termos da legislação cível e trabalhista.

9.6. É vedado à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:

- I - Pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias;
- II - Contratar, para prestação de serviços, servidor ou empregado público, inclusive àquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança, da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SALVADOR, ou seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, ressalvadas as hipóteses previstas em lei específica e na Lei De Diretrizes Orçamentárias;
- III- Pagar despesa cujo fato gerador tenha ocorrido em data anterior à entrada em vigor deste instrumento ou após o seu término.

9.7. É vedado à ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA praticar atos de ingerência na seleção e na contratação de pessoal pela Organização da Sociedade Civil ou que direcionem o recrutamento de pessoas para trabalhar ou prestar serviços na referida organização.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO MONITORAMENTO E DA AVALIAÇÃO

10.1. A execução do objeto será acompanhada pela ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA por meio de ações de monitoramento e avaliação, que terão caráter preventivo e saneador, objetivando a gestão adequada e regular da parceria.

10.2. As ações de monitoramento e avaliação contemplarão a análise das informações acerca do processamento da parceria, incluída a possibilidade de consulta às movimentações da conta bancária específica da parceria, além da verificação, análise e manifestação sobre eventuais denúncias existentes relacionadas à parceria.

10.3. No exercício das ações de MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO do cumprimento do objeto da parceria, a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA:

- I- Designará o GESTOR DA PARCERIA, agente público responsável pela gestão da parceria, designado por ato publicado em meio oficial de comunicação, com poderes de controle e fiscalização (art. 2º, inciso VI, da Lei nº 13.019, de 2014);
- II- Designará a COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO, órgão colegiado destinado a monitorar e avaliar a parceria, constituído por ato específico publicado em meio oficial de comunicação (art. 2º, inciso XI, da Lei nº 13.019, de 2014);
- III- Emitirá RELATÓRIOS TÉCNICOS DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO, na forma e prazos previstos na legislação regente e neste instrumento, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução da presente parceria, para fins de análise da PRESTAÇÃO DE CONTAS anual, quando for o caso (art. 59 da Lei nº 13.019, de 2014);
- IV- Realizará VISITA TÉCNICA IN LOCO para subsidiar o monitoramento da parceria, nas hipóteses em que esta for essencial para verificação do CUMPRIMENTO DO OBJETO DA PARCERIA e do alcance das metas;
- V- Realizará, sempre que possível, nas parcerias com vigência superior a 01 (um) ano, pesquisa de satisfação com os beneficiários do plano de trabalho e utilizará os resultados como subsídio na avaliação da parceria celebrada e do cumprimento dos objetivos pactuados, bem como na reorientação e no ajuste das metas e atividades definidas (art. 58, §2º, da lei nº 13.019, de 2014);

VI- Examinará OS RELATÓRIOS DE EXECUÇÃO DO OBJETO e, quando for o caso, os RELATÓRIOS DE EXECUÇÃO FINANCEIRA apresentados pela OSC, na forma e prazos

previstos na legislação regente e neste instrumento (art. 66, caput, da Lei nº 13.019, de 2014); VII-

VII- Poderá valer-se do apoio técnico de terceiros (art. 58, §1º, da Lei nº 13.019, de 2014);

VIII- Poderá delegar competência ou firmar parcerias com órgãos ou entidades que estejam situados próximos ao local de aplicação dos recursos (art. 58, §1º, da Lei nº 13.019, de 2014).

10.4. Observado o disposto nos §§ 3º, 6º e 7º do art. 35 da Lei nº 13.019, de 2014, a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA designará servidor público que atuará como GESTOR DA PARCERIA.

10.5. A COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO é a instância administrativa colegiada responsável pelo monitoramento do conjunto de parcerias, pela proposta de aprimoramento dos procedimentos, pela padronização de objetos, custos e indicadores e pela produção de entendimentos voltados à priorização do controle de resultados, sendo de sua competência a avaliação e a homologação dos relatórios técnicos de monitoramento e avaliação.

10.6. A comissão se reunirá periodicamente a fim de avaliar a execução das parcerias por meio da análise das ações de monitoramento e avaliação previstas nesta Cláusula, podendo solicitar assessoramento técnico de especialista que não seja membro desse colegiado para subsidiar seus trabalhos.

10.7. A COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO deverá ser constituída por pelo menos 1 (um) servidor ocupante de cargo efetivo ou emprego permanente do quadro de pessoal da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.

10.8. No caso de parceria financiada com recursos de fundo específico, o monitoramento e a avaliação serão realizados pelo respectivo Conselho Gestor (art. 59, §2º, da Lei nº 13.019, de 2014). Nesta hipótese, o monitoramento e a avaliação da parceria poderão ser realizados por comissão de monitoramento e avaliação a ser constituída pelo respectivo conselho gestor, conforme legislação específica, respeitadas as exigências da Lei nº 13.019, de 2014.

10.9. O relatório técnico de monitoramento e avaliação, de que trata o inciso III item 10.2 deverá conter os elementos dispostos no §1º do art. 59 da Lei nº 13.019, de 2014, e o PARECER TÉCNICO de análise da PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL, conforme previsto no art. 81 e seguintes do Decreto nº 29.129, de 2017, e será submetido à comissão de monitoramento e avaliação, que detém a competência para avaliá-lo e homologá-lo.

10.10. A visita técnica *in loco*, de que trata o inciso IV do item 10.2, não se confunde com as ações de fiscalização e auditoria realizadas pela Administração Pública, pelos ÓRGÃOS DE CONTROLE INTERNO e pelo TRIBUNAL DE CONTAS DO MUNICÍPIO. A OSC deverá ser notificada previamente no prazo mínimo de 03 (três) dias úteis anteriores à realização da visita técnica *in loco*.

10.11. Sempre que houver a visita, o resultado será circunstanciado em relatório de visita técnica *in loco*, que será enviado à OSC para conhecimento, esclarecimentos e providências e poderá ensejar a revisão do relatório, a critério da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. O relatório de visita técnica *in loco* deverá ser considerado na análise da PRESTAÇÃO DE CONTAS (art. 66, parágrafo único, inciso I, da Lei nº 13.019, de 2014).

10.12. A pesquisa de satisfação, de que trata o inciso V do item 10.2, terá por base critérios objetivos de apuração da satisfação dos beneficiários e de apuração da possibilidade de melhorias das ações desenvolvidas pela OSC, visando a contribuir com o cumprimento dos objetivos pactuados e com a reorientação e o ajuste das metas e das ações definidas. A pesquisa poderá ser realizada diretamente pela ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, com metodologia presencial ou à distância, com apoio de terceiros, por delegação de competência ou por meio de parcerias com órgãos ou entidades aptas a auxiliar na realização da pesquisa.

10.13. Sempre que houver pesquisa de satisfação, a sistematização será circunstanciada em documento que será enviado à OSC para conhecimento, esclarecimentos e eventuais providências. A OSC poderá opinar sobre o conteúdo do questionário que será aplicado.

10.14. Sem prejuízo da fiscalização pela ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA e pelos órgãos de controle, a execução da parceria será acompanhada e fiscalizada pelo CONSELHO DE POLÍTICA PÚBLICA SETORIAL eventualmente existente na esfera municipal. A presente parceria estará também sujeita aos mecanismos de controle social previstos na legislação específica (art. 60 da Lei nº 13.019, de 2014).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXTINÇÃO DO TERMO DE COLABORAÇÃO

11.1. O presente TERMO DE COLABORAÇÃO poderá ser:

- I- Extinto por decurso de prazo;
- II- Extinto, de comum acordo antes do prazo avençado, mediante Termo de Distrato;
- III- Denunciado, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe; ou.
- IV- Rescindido, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe, nas seguintes hipóteses:
 - a) Descumprimento injustificado de cláusula deste instrumento;
 - b) Irregularidade ou inexecução injustificada, ainda que parcial, do objeto, resultados ou metas pactuadas;
 - c) Omissão no dever de prestação de contas anual, nas parcerias com vigência superior a um ano, sem prejuízo do disposto no §2º do art. 70 da Lei nº 13.019, de 2014;
 - d) Violação da legislação aplicável;
 - e) Cometimento de falhas reiteradas na execução;
 - f) Malversação de recursos públicos;
 - g) Constatação de falsidade ou fraude nas informações ou documentos apresentados;
 - h) Não atendimento às recomendações ou determinações decorrentes da fiscalização;
 - i) Descumprimento das condições que caracterizam a parceira privada como OSC (art. 2º, inciso I, da Lei nº 13.019, de 2014);
 - j) Paralisação da execução da parceria, sem justa causa e prévia comunicação à Administração Pública;
 - k) Quando os recursos depositados em conta corrente específica não forem utilizados no prazo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, salvo se houver execução parcial do objeto e desde que previamente justificado pelo gestor da parceria e autorizado pelo dirigente máximo da entidade da administração pública;
 - l) Outras hipóteses expressamente previstas na legislação aplicável.

11.2. A denúncia só será eficaz 60 (sessenta) dias após a data de recebimento da notificação, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença.

11.3. Em caso de denúncia ou rescisão unilateral por parte da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, que não decorra de culpa, dolo ou má gestão da OSC, o Poder Público ressarcirá a parceira privada dos danos emergentes comprovados que houver sofrido.

11.4. Em caso de DENÚNCIA ou RESCISÃO UNILATERAL por culpa, dolo ou má gestão por parte da OSC, devidamente comprovada, a organização da sociedade civil não terá direito a qualquer indenização.

11.5. Os casos de rescisão unilateral serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa. O prazo de defesa será de 10 (dez) dias da abertura de vista do processo.

11.6. Na hipótese de irregularidade na execução do objeto que enseje dano ao erário, deverá ser instaurada TOMADA DE CONTAS ESPECIAL caso os valores relacionados à irregularidade não sejam devolvidos no prazo estabelecido pela ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.

11.7. Outras situações relativas à EXTINÇÃO da PARCERIA, não previstas na legislação aplicável ou neste instrumento, poderão ser reguladas em TERMO DE ENCERRAMENTO DA PARCERIA a ser negociado entre as partes ou, se for o caso, no TERMO DE DISTRATO.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESTITUIÇÃO DOS RECURSOS

12.1. Por ocasião da CONCLUSÃO, DENÚNCIA, RESCISÃO ou EXTINÇÃO deste TERMO DE COLABORAÇÃO, a OSC deverá restituir os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.

12.2. Os débitos a serem restituídos pela OSC serão apurados mediante atualização monetária, acrescido de juros calculados da seguinte forma:

- I- Nos casos em que for constatado dolo da OSC ou de seus prepostos, os juros serão calculados a partir das datas de liberação dos recursos, sem subtração de eventual período de inércia relativo ao prazo da administração pública;
- II- Nos demais casos, os juros serão calculados a partir:
 - a) Do decurso do prazo estabelecido no ato de notificação da OSC ou de seus prepostos para restituição dos valores ocorrida no curso da execução da parceria;
 - b) Do término da execução da PARCERIA, caso não tenha havido a notificação de que trata a alínea “a” deste inciso, com subtração de eventual período de inércia da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (SMED).

12.3. Os débitos a serem restituídos pela OSC observarão juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - Selic para títulos federais, acumulada mensalmente, até o último dia do mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) no mês de pagamento.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS BENS REMANESCENTES

13.1 Os bens permanentes essenciais à consecução do objeto, adquiridos com recursos repassados pela ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA são da titularidade da Administração Pública e ficarão afetados ao objeto da presente parceria durante o prazo de sua duração, sendo considerados bens remanescentes ao seu término, dispensada a celebração de instrumento específico para esta finalidade.

13.2. Os bens patrimoniais de que trata o item 13.1 deverão ser gravados com cláusula de inalienabilidade enquanto viger a parceria, sendo que, na hipótese de extinção da OSC durante a vigência do presente instrumento, a propriedade de tais bens será transferida à ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. A presente cláusula formaliza a promessa de transferência da propriedade de que trata o §5º do art. 35 da Lei nº 13.019, de 2014.

13.3. Quando da EXTINÇÃO da PARCERIA, os BENS REMANESCENTES poderão permanecer na propriedade da OSC, na medida em que sejam úteis à continuidade da execução de ações de interesse social pela organização, de acordo com a avaliação a ser realizada pela administração pública e conforme procedimentos determinado em regulamento próprio.

13.4. Caso a PRESTAÇÃO DE CONTAS FINAL seja rejeitada, a titularidade dos bens remanescentes permanecerá com a OSC, observando os seguintes procedimentos:

- I- Não será exigido ressarcimento do valor relativo ao bem adquirido quando a motivação da rejeição não estiver relacionada ao seu uso ou aquisição;
- II- O valor pelo qual o bem remanescente foi adquirido deverá ser computado no cálculo do dano ao erário a ser ressarcido, quando a motivação da rejeição estiver relacionada ao seu uso ou aquisição.

13.5. Na hipótese de DISSOLUÇÃO da OSC durante a vigência da PARCERIA, o valor pelo qual os BENS REMANESCENTES foram adquiridos deverá ser computado no cálculo do valor a ser ressarcido.

13.6. Os BENS REMANESCENTES poderão ter sua propriedade revertida para o órgão ou entidade pública municipal, a critério da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, se ao término da PARCERIA ficar constatado que a OSC não terá condições de dar continuidade à execução de ações de interesse social e a transferência

da propriedade for necessária para assegurar a continuidade do objeto pactuado, seja por meio da celebração de nova parceria, seja pela execução direta do objeto pela ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.

13.7. A aquisição dos bens descritos nesta cláusula dependerá de regulamentação própria demais disposições necessárias, a ser editada pela Secretaria Municipal da Educação em conjunto com Secretaria Municipal de Gestão, de modo a regulamentar a compra, a guarda, movimentação e tombamento dos materiais, ficando suspensa qualquer aquisição antes de editado os atos normativos necessários.

13.8. A OSC que deixar de observar as disposições acima, deverá realizar a devolução do investimento realizado.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

14.1 A OSC prestará contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos, observando-se as regras previstas nos arts. 63 a 72 da Lei nº 13.019, de 2014, além das cláusulas constantes deste instrumento e do PLANO DE TRABALHO

14.1.1 A prestação de contas deverá conter:

- a) Ofício de encaminhamento da prestação de contas explicitando o número da parceria, o valor, a parcela e o período a que se refere, bem como os Anexos constantes do Termo e Condições de Credenciamento que fazem parte integrante deste instrumento;
- b) Execução Físico-Financeiro;
- c) Demonstrativo da Receita e da Despesa;
- d) Relação de Pagamentos, acompanhada dos comprovantes de despesas em vias originais (notas fiscais, recibos e outros) e das cotações de preços realizadas;
- e) Conciliação bancária;
- f) Original (is) do (s) extrato (s) bancário(s);
- g) Relatório de cumprimento do objeto da parceria;
- h) Certidões de Regularidade Fiscal, Trabalhista, Previdência Social (INSS) e FGTS da OSC.

14.2. A prestação de contas terá o objetivo de demonstrar e verificar resultados e deverá conter elementos que permitam avaliar a execução do objeto e o alcance das metas. A prestação de contas apresentada pela OSC deverá conter elementos que permitam à Administração Pública avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas.

14.3. A OSC deverá apresentar PRESTAÇÃO DE CONTAS PARCIAIS dos recursos liberados a cada 60 (sessenta) dias, contados da data de recebimento da respectiva parcela, ainda que não haja a utilização total desse recurso;

14.3.1 A OSC deverá apresentar PRESTAÇÃO DE CONTAS, ao término de cada exercício financeiro do TERMO DE COLABORAÇÃO, nos termos do capítulo IV da Lei nº 13.019, de 2014 e em atendimento a Resolução TCMBAs nº 1381/2018;

14.4. Para fins de PRESTAÇÃO DE CONTAS FINAL, a OSC deverá apresentar RELATÓRIO FINAL DE EXECUÇÃO DO OBJETO, no prazo de 90 (noventa) dias a partir do término da vigência da PARCERIA. Tal prazo poderá ser prorrogado por até 30 (trinta) dias, mediante justificativa e solicitação prévia da OSC.

14.5. O Relatório Final de Execução do Objeto conterá:

- I- A demonstração do alcance das metas referentes ao período de toda a vigência da parceria, com comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;
- II- A descrição das ações (atividades e/ou projetos) desenvolvidas para o cumprimento do objeto;
- III- Os documentos de comprovação do cumprimento do objeto, como listas de presença, fotos, vídeos, entre outros;
- IV- Os documentos de comprovação do cumprimento da contrapartida em bens e serviços, quando houver;
- V- Justificativa, quando for o caso, pelo não cumprimento do alcance das metas;
- VI- O comprovante de devolução de eventual saldo financeiro remanescente;

14.6. A OSC fica dispensada da apresentação dos documentos de que tratam os incisos III e IV do item anterior quando a Comissão de Monitoramento já dispuser destes documentos.

14.7. O RELATÓRIO FINAL DE EXECUÇÃO DO OBJETO deverá, ainda, fornecer elementos para avaliação:

- I- Dos resultados alcançados e seus benefícios;
- II- Dos impactos econômicos ou sociais das ações desenvolvidas;
- III- Do grau de satisfação do público-alvo, que poderá ser indicado por meio de pesquisa de satisfação, declaração de entidade pública ou privada local e declaração do conselho de política pública setorial, entre outros;
- IV- Da possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto.

14.8. A análise da PRESTAÇÃO DE CONTAS FINAL pela ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA será formalizada por meio de PARECER TÉCNICO CONCLUSIVO emitido pelo gestor da parceria que deverá verificar o CUMPRIMENTO DO OBJETO e o ALCANCE DAS METAS previstas no PLANO DE TRABALHO, e considerará:

- I- Relatório Final de Execução do Objeto;
- II- Os Relatórios Parciais de Execução do Objeto, para parcerias com duração superior a um ano;
- III- Relatório de visita técnica in loco, quando houver;
- IV- Relatório técnico de monitoramento e avaliação, quando houver (parcerias com vigência superior a um ano).

14.9. Além da análise do cumprimento do objeto e do alcance das metas previstas no PLANO DE TRABALHO, o GESTOR da PARCERIA, em seu PARECER TÉCNICO CONCLUSIVO, avaliará a eficácia e efetividade das ações realizadas.

14.10. Na hipótese de a análise concluir que houve descumprimento de metas estabelecidas no PLANO DE TRABALHO ou evidência de irregularidade, o gestor da parceria, antes da emissão do parecer técnico conclusivo, notificará a OSC para que apresente RELATÓRIO FINAL DE EXECUÇÃO FINANCEIRA, no prazo de até 60 (sessenta) dias contados da notificação. Tal prazo poderá ser prorrogado por até 15 (quinze) dias, mediante justificativa e solicitação prévia da OSC.

14.11. O RELATÓRIO FINAL DE EXECUÇÃO FINANCEIRA, quando exigido, deverá conter:

- I- A relação das receitas e despesas efetivamente realizadas, inclusive rendimentos financeiros, e sua vinculação com a execução do objeto, que possibilitem a comprovação da observância do plano de trabalho;
- II- O comprovante da devolução do saldo remanescente da conta bancária específica, quando houver;
- III- O extrato da conta bancária específica;
- IV- A memória de cálculo do rateio das despesas, quando for o caso, que deverá conter a indicação do valor integral da despesa e o detalhamento da divisão de custos, especificando a fonte de custeio de cada fração, com identificação do número e do órgão ou entidade da parceria, vedada a duplicidade ou a sobreposição de fontes de recursos no custeio de uma mesma parcela da despesa;
- V- A relação de bens adquiridos, produzidos ou transformados, quando houver; e.
- VI- Cópia simples das notas e dos comprovantes fiscais ou recibos, inclusive holerites, com data do documento, valor, dados da OSC e do fornecedor e indicação do produto ou serviço.

14.12. A análise do RELATÓRIO FINAL DE EXECUÇÃO FINANCEIRA, quando exigido, será feita pela ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA e contemplará:

- I- O exame da conformidade das despesas, realizado pela verificação das despesas previstas e das despesas efetivamente realizadas, por item ou agrupamento de itens, conforme aprovado no PLANO DE TRABALHO;
- II- A verificação da conciliação bancária, por meio da aferição da correlação entre as despesas constantes na relação de pagamentos e os débitos efetuados na conta corrente específica da parceria.

14.13. Os dados financeiros serão analisados com o intuito de estabelecer o nexo de causalidade entre a receita e a despesa realizada, a sua conformidade e o cumprimento das normas pertinentes (art. 64, §2º, da Lei nº 13.019, de 2014).

14.14. Observada a verdade real e os resultados alcançados, o PARECER TÉCNICO conclusivo da PRESTAÇÃO DE CONTAS FINAL embasará a decisão da autoridade competente e poderá concluir pela:

- I- Aprovação das contas, que ocorrerá quando constatado o cumprimento do objeto e das metas da parceria;
- II- Aprovação das contas com ressalvas, que ocorrerá quando, apesar de cumpridos o objeto e as metas da parceria, forem constatados impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário;
- III- Rejeição das contas, que ocorrerá nas seguintes hipóteses:
 - a) Omissão no dever de prestar contas;
 - b) Descumprimento injustificado do objeto e das metas estabelecidos no plano de trabalho;
 - c) Dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico; ou.
 - d) Desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

14.15. A decisão sobre a prestação de contas final caberá à autoridade responsável por celebrar a parceria ou ao agente a ela diretamente subordinado, vedada a subdelegação.

14.16. A OSC será notificada da decisão da autoridade competente e poderá:

- I- Apresentar recurso, no prazo de 30 (trinta) dias, à autoridade que a proferiu, a qual, se não reconsiderar a decisão no prazo de 30 (trinta) dias, encaminhará o recurso ao Ministro de Estado ou ao dirigente máximo da entidade da Administração Pública Municipal, para decisão final no prazo de 30 (trinta) dias;
- II- Sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias prorrogável, no máximo, por igual período.

14.17. Exaurida a fase recursal, a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA deverá:

- I- No caso de aprovação com RESSALVAS da PRESTAÇÃO DE CONTAS, as causas das ressalvas;
- II- No caso de REJEIÇÃO da PRESTAÇÃO DE CONTAS, notificar a OSC para que, no prazo de 30 (trinta) dias:
 - a) Devolva os recursos financeiros relacionados com a irregularidade ou inexecução do objeto apurada ou com a PRESTAÇÃO DE CONTAS não apresentada;
 - b) Solicite o ressarcimento ao erário por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo PLANO DE TRABALHO, os termos do §2º do art. 72 da Lei nº 13.019, de 2014.

14.18. O registro da aprovação com ressalvas da PRESTAÇÃO DE CONTAS possui caráter preventivo e será considerado na eventual aplicação de SANÇÕES.

14.19. A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA deverá se pronunciar sobre a solicitação de ressarcimento que trata a alínea "b" do inciso II do Item 14.19 no prazo de 30 (trinta) dias, sendo a autorização de ressarcimento por meio de ações compensatórias ato de competência exclusiva do SECRETÁRIO MUNICIPAL ou do dirigente máximo da Administração Pública Municipal. A realização das ações compensatórias de interesse público não deverá ultrapassar a metade do prazo previsto para a execução da parceria.

14.20. Na hipótese de rejeição da prestação de contas, o não ressarcimento ao erário ensejará:

- I- A instauração da tomada de contas especial, nos termos da legislação vigente;
- II- O registro da rejeição da prestação de contas e de suas causas no SICONV/SIGA, enquanto perdurarem os motivos determinantes da rejeição.

14.21. O prazo de análise da PRESTAÇÃO DE CONTAS final pela ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA será de 90 (noventa) dias, contado da data de recebimento do Relatório Final de Execução do Objeto ou do cumprimento de diligência por ela determinado, podendo ser prorrogado, justificadamente, por igual período, desde que não exceda o limite de 300 (trezentos) dias.

14.22. O transcurso do prazo definido no item anterior, e de sua eventual prorrogação, sem que as contas tenham sido apreciadas:

- I- Não impede que a OSC participe de outros chamamentos públicos e celebre novas parcerias;
- II- Não implica impossibilidade de sua apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos.

14.23. Se o transcurso do prazo definido no item anterior, e de sua eventual prorrogação, se der por culpa exclusiva da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, sem que se constate dolo da OSC ou de seus prepostos, não

incidirão juros de mora sobre os débitos apurados no período entre o final do prazo e a data em que foi emitida a manifestação conclusiva pela ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, sem prejuízo da atualização monetária, que observará a variação anual do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, calculado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

14.24. Os documentos apresentados pela OSC, desde que possuam a garantia da origem e de seu signatário por certificação digital, serão considerados originais para os efeitos de prestação de contas.

14.25. A OSC deverá manter a guarda dos documentos originais relativos à execução da PARCERIA pelo prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da apresentação da PRESTAÇÃO DE CONTAS ou do decurso do prazo para a apresentação da PRESTAÇÃO DE CONTAS.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1 Quando a execução da parceria estiver em desacordo com o PLANO DE TRABALHO e com as normas da Lei nº 13.019, de 2014, e da legislação específica, a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à OSC as seguintes SANÇÕES:

- I- Advertência;
- II- Suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da administração pública federal, por prazo não superior a 02 (dois) anos; e
- III- Declaração de inidoneidade para participar de Chamamento Público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (SMED), que será concedida sempre que a OSC ressarcir a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo de 2 (dois) anos da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade.

15.2. A sanção de ADVERTÊNCIA tem caráter preventivo e será aplicada quando verificadas impropriedades praticadas pela OSC no âmbito da PARCERIA que não justifiquem a aplicação de penalidade mais grave.

15.3. A sanção de SUSPENSÃO TEMPORÁRIA será aplicada nos casos em que forem verificadas irregularidades na celebração, execução ou PRESTAÇÃO DE CONTAS da PARCERIA e não se justificar a imposição da penalidade mais grave, considerando-se a natureza e a gravidade da infração cometida, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os danos que dela provieram para a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.

15.4. É facultada a defesa do interessado no prazo de 10 (dez) dias, contado da data de abertura de vista dos autos processuais.

15.5. A aplicação das sanções de SUSPENSÃO TEMPORÁRIA e de declaração de inidoneidade é de competência exclusiva do GESTOR.

15.6. Da decisão administrativa que aplicar as SANÇÕES previstas nesta Cláusula caberá recurso administrativo, no prazo de 10 (dez) dias, contado da data de ciência da decisão. No caso da competência exclusiva do GESTOR prevista no item anterior, o recurso cabível é o PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO.

15.7. Na hipótese de aplicação de SANÇÃO de SUSPENSÃO TEMPORÁRIA ou de DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE, a OSC deverá ser inscrita, cumulativamente, como inadimplente no SIGEF/SIGA, enquanto perdurarem os efeitos da punição ou até que seja promovida a reabilitação.

15.8. Prescrevem no prazo de 05 (cinco) anos as ações punitivas da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA destinadas a aplicar as SANÇÕES previstas nesta Cláusula, contado da data de apresentação da PRESTAÇÃO DE CONTAS ou do fim do prazo de 90 (noventa) dias a partir do término da vigência da PARCERIA, no caso de omissão no dever de prestar contas. A prescrição será interrompida com a edição de ATO ADMINISTRATIVO destinado à apuração da infração.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DECLARAÇÕES E GARANTIAS ANTICORRUPÇÃO

16.1 Se a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA identificar que a OSC tenha participação em práticas corruptas, fraudulentas, coercitivas ou obstrutivas, na execução da parceria ou em quaisquer outras, a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA poderá a qualquer momento cancelar a parceria, aplicando esta extinção conforme os termos dos subitens da referida Cláusula.

16.2 Para os efeitos desta cláusula:

- VI- “Práticas de corrupção” oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer coisa de valor com a intenção de influenciar de modo indevido ação de outra parte;
- VII- “Prática fraudulenta” significa qualquer ato ou omissão de falsificação, inclusive falsidade ideológica, consciente ou inconscientemente, que engana ou tenta enganar, um indivíduo para obter benefício financeiro ou outro de qualquer ordem, ou com intenção de evitar o cumprimento de uma obrigação;
- VIII- “Prática colusiva” significa uma combinação entre duas ou mais partes visando alcançar um fim indevido, inclusive influenciar indevidamente as ações de terceiros;
- IX- “Prática coercitiva” significa prejudicar ou causar danos, direta ou indiretamente a qualquer parte interessada ou a sua propriedade para influenciar de modo incorreto as ações de uma parte;
- X- “Prática obstrutiva” é:
 - c) Deliberadamente destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em investigações ou fazer declarações falsas a investigadores, com o objetivo de impedir materialmente uma investigação sobre alegações de uma prática de corrupção, fraude, coerção ou colusão; e/ou ameaçar, assediar ou intimidar qualquer parte para que esta não revele qualquer fato que seja de seu conhecimento em relação a questões relevantes para a investigação, ou para impedir que recorra à investigação ou a conduza;
 - d) Atos que objetivem impedir materialmente o exercício dos direitos de inspeção e auditoria.

16.3. Rejeitará a parceria se concluir que a OSC se envolveu, de forma direta ou por meio de um agente, em prática corrupta, fraudulenta, colusiva, coercitiva ou obstrutiva;

- III. Declarará viciado o Plano de Trabalho e cancelará o repasse financeiro se, a qualquer momento, verificar que representantes da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, da OSC ou de um beneficiário de qualquer parte dos recursos envolveram-se em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas durante a parceria, sem que a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA tenha adotado medidas oportunas e adequadas, satisfatórias ao Banco Mundial, ora mutuante, para combater essas práticas quando de sua ocorrência, inclusive por falhar em informar tempestivamente ao Banco no momento em que tomou conhecimento dessas práticas;
- IV. Imporá sanções à pessoa física ou jurídica a qualquer tempo, em conformidade com seus procedimentos de sanções aplicáveis, incluindo declará-la inelegível publicamente, indefinidamente ou por prazo determinado, para (i) a outorga de um contrato financiado pelo Banco e (ii) ser um subempreiteiro, consultor, fabricante ou fornecedor ou prestador de serviço designado de uma empresa elegível a quem se está outorgando um contrato financiado pelo Banco.

16.4. Se algum funcionário da OSC tiver envolvimento em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas durante a parceria esses profissionais devem ser retirados da equipe imediatamente.

16.5. Para efeitos de inspeções e auditorias pelo Banco Mundial, ora mutante do valor repassado, a OSC deverá permitir que o Banco e/ou pessoas designadas pelo Banco possam inspecionar o local e todas as contas e registros relativos à execução da parceria e plano de trabalho, e ter as contas e registros auditados por auditores designados pelo Banco, se o Banco assim solicitar.

16.6. A OSC, seus dirigentes, funcionários e fornecedores devem observar com atenção a cláusula sobre Práticas Corruptas ou Fraudulentas, que prevê, nomeadamente, que os atos destinados a impedir materialmente o exercício de inspeção do Banco Mundial e do direito de efetuar auditoria constituem uma prática proibida e sujeita a rescisão da parceria, bem como a uma determinação de inelegibilidade, de acordo com as Diretrizes de Aquisições do Banco Mundial.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA DIVULGAÇÃO

17.1. Em razão do presente TERMO DE COLABORAÇÃO, a OSC se obriga a mencionar em todos os seus atos de promoção e divulgação da atividade, objeto desta parceria, por qualquer meio ou forma, a participação da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SMED.

17.2. A PUBLICIDADE de todos os atos derivados do presente TERMO DE COLABORAÇÃO deverá ter caráter exclusivamente educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA PUBLICAÇÃO

18.1. A eficácia do presente TERMO DE COLABORAÇÃO ou dos aditamentos que impliquem em alteração de valor ou ampliação ou redução da execução do objeto descrito neste instrumento, fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial do Município, a qual deverá ser providenciada pela SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SMED, referente artigo 38, da Lei n. 13.019, de 2014.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA CONCILIAÇÃO E DO FORO

19.1. Fica eleito o foro do Município do Salvador – BA, em detrimento de qualquer outro por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao presente TERMO DE COLABORAÇÃO.

E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, foi lavrado em 03 (três) vias de igual teor e forma, que vão assinadas pelos partícipes, para que produza seus legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

Salvador, xx de xxxxxx de xxxx

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Secretaria Municipal da Educação

ANEXO XII
PLANO DE TRABALHO

Secretaria da
Educação
SALVADOR
PREFEITURA
PLANO DE TRABALHO TERMO DE
COLABORAÇÃO N.º xxx/2024

1 - DADOS CADASTRAIS			
Órgão / Entidade Proponente			CNPJ
Endereço			
Cidade	UF	CEP	DDD / Telefone
Conta Corrente	Banco	Agência	Praça de Copa
Nome da presidente			CPF
CI Órgão	Cargo	Função	Matrícula
Endereço			CEP
2 - REPRESENTANTE LEGAL			
Nome		CNPJ/CPF	E.A
Endereço			CEP
3 - DESCRIÇÃO DO PROJETO			
Título do Projeto: Atendimento às crianças da Educação Infantil.		Período de Execução	
		Início	Término
		Jan./2024	Dez./2026
Identificação do Objeto: Colaboração para o atendimento às crianças da Educação Infantil, de zero a cinco anos.			
Justificativa da Proposição:			
A educação é reconhecidamente a principal forma de combater exclusão social e melhorar a qualidade <u>qualidade</u> de vida da população. Neste sentido, a escola comunitária, juntamente com a SMED, proporciona ao aluno atendido a possibilidade de resgata a qualidade <u>a qualidade</u> , transformando a comunidade <u>comunidade</u> . Com o presente Termo de Colaboração, pretende-se promover a ampliação do atendimento <u>atendimento</u> em creche e na <u>na</u> escola.			
3.1 - MEMÓRIA DE CÁLCULO			
Segmento	Valor Per Capite*	Nº de alunos - CENSO 2023	Valor
Creche Integral	5.734,19		
Creche Parcial	4.170,32		
Pré-escola Integral	6.776,76		
Pré-escola Parcial	5.734,19		
Total			
QUANTIDADE DE SALAS DE AULA			

*Portaria Interministerial nº 03, de 28 de agosto de 2023.



4 - PROGRAMA DE EXECUÇÃO (META, ETAPA OU FASE)						
Meta	Meta Fase	Especificação	Indicador Físico		Duração	
			Unidade	Quantidade	Início	Término
1	1	Ens. Educ. Infantil - Creche Integral	UN		Janeiro /2024	Dezembro/2026
1	1	Ens. Educ. Infantil - Creche Parcial	UN		Janeiro /2024	Dezembro/2026
1	1	Ens. Educ. Infantil - Pré-escola Integral	UN		Janeiro /2024	Dezembro/2026
1	1	Ens. Educ. Infantil - Pré-escola Parcial	UN		Janeiro /2024	Dezembro/2026
4.1 - METAS ESTABELECIDAS						
METAS		INDICADORES		AÇÕES		
(A) Garantir o atendimento de todos os estudantes matriculados, em conformidade com o quantitativo estabelecido neste plano de trabalho.		Fortalecimento da permanência escolar dos estudantes com no mínimo 75% de frequência.		<ol style="list-style-type: none"> 1. Acompanhar e assegurar a frequência dos estudantes; 2. Realizar busca ativa para garantir a frequência dos estudantes matriculados; 3. Promover ações que potencializem a permanência dos estudantes, por meio da construção de um espaço acolhedor, estruturado e seguro para o desenvolvimento das diferentes habilidades da <u>criança</u>; 4. Registrar diariamente a frequência dos estudantes em documento <u>oficial</u> (Lição de classe). 		

(B) Garantir a <u>realização de</u> todas as ações planejadas para o ano letivo	Acompanhamento e avaliação das ações planejadas no Projeto Político Pedagógico da unidade escolar.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Planejar e avaliar as atividades semanalmente com base no PPP; 2. Selecionar os materiais e organizar os ambientes de acordo com o planejamento semanal; 3. Organizar o tempo e as ações pedagógicas de modo que o brincar seja o eixo estruturante da prática, para que as crianças brinquem tanto nas áreas externas quanto internas; 4. Elaborar o PDI - Plano de Desenvolvimento Individual da criança com necessidades educativas específicas das crianças público-alvo da educação especial; 5. Organizar o tempo e as ações pedagógicas de modo que o brincar seja o eixo estruturante da prática, para que as crianças brinquem tanto nas áreas externas quanto internas; 6. Registrar no Portfólio e Diário de Classe as vivências, produções e aprendizagens de cada criança e do grupo, com vistas à documentação do processo.
(C) Garantir espaço físico adequado, limpo, iluminado e arejado	Espaço físico e material <u>adequado para</u> o funcionamento	<ol style="list-style-type: none"> 1. Realizar a manutenção de limpeza em todos os ambientes diariamente; 2. Realizar as adequações e aquisições para garantir um ambiente acessível e seguro aos estudantes; 3. Realizar aquisição de produtos e equipamentos para assegurar a manutenção do ambiente, sempre que necessário.
(D) Realizar ações para conquista de autonomia, trabalho coletivo, integração se relacionando com o ambiente natural e social	Crianças construindo sua autonomia	<ol style="list-style-type: none"> 1. Incentivar a conquista da autonomia para a realização de cuidados diários (alcançar objetos, tirar as sandálias, lavar as mãos, usar o sanitário etc.), pela disponibilização adequada dos equipamentos e materiais, com o acompanhamento dos adultos, sempre que necessário; 2. Organizar o ambiente – móveis, equipamentos e materiais de forma que as crianças participem efetivamente do planejamento, tendo espaço de decisão sobre como organizar as rotinas, temáticas de projetos, espaços e materiais; 3. Promover a participação de todas as crianças, público-alvo da educação especial e/ou com necessidades educativas específicas, nas atividades do cotidiano; 4. Valorizar a diversidade de identidades étnico-raciais e socioeconômicas das crianças e suas famílias.
(E) Realizar ações de promoção e atenção à saúde das crianças atendidas	Saúde e <u>bem-estar</u>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Oferecer alimentação saudável, variada e atrativa para as crianças; 2. Incentivar a autonomia e bem-estar das crianças no momento da alimentação; 3. Destinar espaço adequado à alimentação das crianças para estimular sua autonomia e bem-estar; 4. Oferecer salas e demais espaços internos e externos amplos, com luminosidade natural, ventilados, limpos, seguros, com acústica que permite uma boa comunicação e com acessibilidade a todas as crianças; 5. Encaminhar as crianças público-alvo da educação especial e/ou com necessidades educativas específicas para as instituições conveniadas com a SMED para o AEE e/ou atendimentos na área de saúde; 6. Identificar e <u>organizar adequadamente</u> Kit de Higiene individual; 7. Realizar a escovação de <u>todas</u> as crianças <u>atuais</u> por turno de atendimento.
(F) Assegurar a contratação de professores com habilitação mínima determinada por Lei, garantindo a participação dos professores em formações continuadas	Formação de 100% dos Profissionais de Educação	<ol style="list-style-type: none"> 1. Realizar contratação de professores habilitados, conforme art.61, inciso I da Lei 9394/96; 2. Possibilitar que as/os professoras planejem, avaliem, aprimorem seus registros e reorientem suas práticas; 3. Garantir a participação de no mínimo 75% dos professores em formações oferecidas pela SMED; 4. Oferecer aos professores formação acerca da educação das relações étnico-raciais na Educação Infantil; 5. Oferecer aos professores formação na perspectiva da educação indígena.
(G) Assegurar o desenvolvimento pedagógicos, com diversidade de materiais e brinquedos pedagógicos	Materiais pedagógicos e brinquedos	<ol style="list-style-type: none"> 1. Ofertar recursos pedagógicos necessários para o desenvolvimento integral da <u>criança de</u> acordo com faixa etária, no processo de ensino-aprendizagem.

4.2 - ESTRATÉGIAS PARA O CUMPRIMENTO DAS METAS POR PARTE DA INSTITUIÇÃO COM BASE NAS METAS TRAÇADAS- Considerando as metas e indicadores dispostos acima, descrever em linhas gerais as estratégias propostas para atingimento e superação dos parâmetros pactuados.

(A):

(B):

(C):

(D):

(E):

(F):

(G):

5 - PLANO DE APLICAÇÃO (R\$)

Item	Especificação	Quantidade de funcionários	Quantidade de meses	Valores			
				Unitário	Total	Concedente	Proponente
1	Despesas com Pessoal						
	<u>Nascimento</u> (janeiro/desembro)						
2	Encargos *						-
	PIS	1%	-	-	-	-	-
	FGTS	8%	-	-	-	-	-
	Multa s/FGTS Salário	40,0%	-	-	-	-	-
	13º Salário	-	-	-	-	-	-
	PIS s/13º SaL	1,0%	-	-	-	-	-
	FGTS s/ 13º Salário	8,0%	-	-	-	-	-
	Multa FGTS s/ 13º Salário	40,0%	-	-	-	-	-
Abono Férias	33,3%	-	-	-	-	-	
PIS s/ Abono	1,0%	-	-	-	-	-	

FGTS s/ 13º Abono	8,0%	-	-	-	-	-
Multa FGTS s/ Abono	40,0%	-	-	-	-	-
Outras despesas com pessoal	-	-	-	-	-	-
						-
Outras despesas de custeio (conforme art. 70 e 71 da LDB)	-			-	-	-
						-
Total Geral (1+2)					-	-



ANEXO XIII

DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Declaro que a *(nome da Organização da Sociedade Civil – OSC)* está ciente e concorda com as disposições previstas no Edital de Credenciamento nº ____/____ e em seus anexos, bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de seleção.

Salvador, ____ de _____ de 20 ____.

(Nome e Cargo do Representante Legal da OSC)